

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM TÉCNICAS LABORATORIAIS
DE SAÚDE

Talita de Andrade Ferreira

HISTÓRIA CONCEITUAL DA OPOSIÇÃO
ENTRE ORIENTE E OCIDENTE

Rio de Janeiro

2011

Talita de Andrade Ferreira

HISTÓRIA CONCEITUAL DA OPOSIÇÃO
ENTRE ORIENTE E OCIDENTE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola Politécnica de Saúde Joaquim
Venâncio como requisito necessário para a
aprovação no curso técnico de nível médio em
saúde com habilitação em Análises Clínicas.

Orientador: José Victor Regadas Luiz

Rio de Janeiro

2011

Talita de Andrade Ferreira

OPOSIÇÃO HISTÓRICA ENTRE
ORIENTE E OCIDENTE

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito necessário para a aprovação no curso técnico de nível médio em saúde com habilitação em Análises Clínicas.

Aprovado em 20/12/2011

BANCA EXAMINADORA

(Ms. José Victor Regadas Luiz – FIOCRUZ / EPSJV / LABFORM)

(Dra. Muza Clara Machado Velasques – FIOCRUZ / EPSJV / LATEPS)

(Ms. Paulo Henrique Barbosa de Andrade – FIOCRUZ / EPSJV / LABFORM)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter guiado e permitido a elaboração deste trabalho, bem como ter sido a base de meu amparo espiritual, tão necessário, neste período.

Agradeço ao meu orientador, José Victor Regadas, por ter aceitado auxiliar nesta pesquisa, pelo trabalho conjunto, pelas ótimas recomendações, pela paciência, interesse, dedicação e incentivo tanto como orientador quanto professor.

Agradeço àquelas que compartilharam comigo estes três anos, presenças indispensáveis à passagem nesta instituição. À Adriana Miranda, Cecília Cruz, Jasmine Rocha e Mayra Azevedo, pelos momentos divertidos e inesquecíveis, pelos conselhos quase maternos ao grupo, por sempre ouvir às ininterruptas e repetidas reclamações e pela constante e discreta sensibilidade e atenção quando precisei. Às melhores guarda-costas do mundo, obrigada.

Agradeço às amizades anteriores a este período, pela contribuição direta e indireta neste trabalho. À Ana Carolina, pela espontaneidade e felicidade contagiantes, à Camila Rejane, por sempre trazer uma parte dos velhos bons momentos consigo e à Tamires Cristina e Fernanda Lima que, embora distantes, sempre estiveram em minha memória, tão presentes como fisicamente, alegrando-me nestas lembranças.

Agradeço à minha família, por toda a atenção doada nesta transição. Aos meus pais, Janete e Gerdal, pelos sacrifícios inestimáveis, pela dedicação e pelos conselhos tão necessários. Ao meu irmão Domenique, pelos momentos descontração e alegria no intervalo das tarefas escolares, importantíssimos ao aprendizado e, principalmente, ao carinho.

Agradeço a Fernando Nery, pelo afeto e carinho que tem dedicado a mim, pelo apoio emocional sem o qual provavelmente não teria chegado aqui. Por ter enxugado as lágrimas derivadas deste processo de transição difícil e principalmente as dos transtornos deste trabalho. Obrigada pela compreensão e amor que só me inspiram a retribuir em dobro.

*“Gostaria de também de ter contribuído para
uma melhor compreensão de como a
dominação cultural tem operado. Se isso
estimular uma nova maneira de lidar com o
Oriente, na verdade, se eliminar
completamente o ‘Oriente’ e o ‘Ocidente’,
teremos avançado um pouco no processo do
que Raymond Williams chamou de
‘desaprender’ o ‘modo dominador inerente.’ ”*
(Edward W. Said)

RESUMO

Aborda o desenvolvimento da oposição histórica entre as definições de Oriente e Ocidente, por meio de uma introdução que contextualiza o tema na atualidade. Apresenta as relações entre estas duas definições e quais suas implicações na realidade atual como manifestação da dominação cultural, do Ocidente sobre o Oriente. Explicita a importância da descrição do desenvolvimento histórico da oposição para a compreensão do conceito. Relata a existência das diferentes formas da dicotomia, como manifestações que se modificam e se complementam ao longo do tempo. Possui como objetivos historicizar os conflitos pertencentes à dicotomia, por meio da construção desta ao longo de seu surgimento, desenvolvimento e relação com a atualidade. Descreve as diferentes configurações da oposição e destaca suas características individuais, relacionando-as à oposição Oriente-Ocidente como um todo. Conclui apontando as características gerais da oposição, observadas nos exemplos percorridos, discutindo a validade da utilização dos conceitos de Oriente e Ocidente e qual sua utilidade no mundo atual.

Palavras Chave: Oriente. Ocidente. Orientalismo. Helenos e bárbaros. Despotismo oriental. Sociedade aberta. Totalitarismo. Fundamentalismo. Terrorismo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 ORIENTE-OCIDENTE	7
1.2 JUSTIFICATIVA	11
1.3 OBJETIVOS	13
2 CONFIGURAÇÕES HISTÓRICAS	14
2.1 HELENOS E BÁRBAROS	14
2.2 DESPOTISMO ORIENTAL	19
2.3 SOCIEDADE ABERTA E TOTALITARISMO	29
2.4 ISLÃ E IMPÉRIO	41
3 CONCLUSÃO	53
REFERÊNCIAS	56

1 INTRODUÇÃO

1.1 OPOSIÇÃO ORIENTE-OCIDENTE

Têm-se noticiado muito frequentemente, a respeito de revoluções e agitações no Oriente Médio, ataques terroristas e as relações de política externa de grandes potências mundiais. Desde o atentado do 11 de setembro os Estados Unidos permanecem em uma constante paranóia antiterrorista, impondo a implementação de medidas à população, como foi noticiado em uma matéria na Folha. Recentemente, Barack Obama renovou medidas de seu predecessor, George W. Bush, que visariam conceder ao governo mais poder para realizar investigações antiterroristas, medidas definidas pela chamada "Lei Patriótica", implementada desde estes ataques. Com as medidas, Obama poderia interceptar quaisquer conversas telefônicas de uma pessoa e revistar documentos e propriedades pessoais considerados fundamentais em uma investigação. Porém estes temores podem constantemente culminar em preconceitos, xenofobia, e abusos de várias ordens, que são geralmente justificadas por uma necessidade de cautela constante, também exemplificados por estas medidas, já que mesmo um indivíduo que não possua qualquer relação com um grupo extremista, seria permitido pela lei que as autoridades vigiassem este indivíduo, se for um estrangeiro. (Folha.com, 2011).

Estes exemplos se encontram a um nível de controle individual, porém, a situação tende a se agravar, já que podemos exemplificar esta situação também pela realização de invasões e ataques militares. Recentemente por exemplo, pôde-se reconhecer uma "caçada" contra o terrorismo: o anúncio da morte de Osama Bin Laden provocou diversas reações em todo o mundo. Esta teria ocorrido em território o qual seus governantes não teriam sido previamente comunicados, conferindo uma invasão, que teria acontecido não em busca de punições legais por parte dos chamados terroristas, mas extermínio, como foi publicado em uma matéria no G1, que a missão não teria sido capturar Bin Laden, mas sim matá-lo, segundo um oficial de Segurança Nacional. Obama declarou que "foi feita a justiça" e que tem agora "condições de dizer aos americanos e ao mundo que os Estados Unidos conduziram uma operação que matou Osama Bin Laden, o líder da Al-Qaeda e terrorista responsável pelo assassinato de milhares de homens, mulheres e crianças." A notícia teria sido recebida com ampla comemoração da população e do governo (G1, 2011 a). Podemos perceber, portanto, que estas ações são realizadas se baseando no discurso da realização da justiça com o apoio não só da mídia local estadunidense como mundial. Estas potências, desta forma, procuram se mostrar em uma posição que seria a correta, em contraponto às suas inimizades políticas,

transparecendo sempre sua autoridade imposta sobre o globo. Obama teria dito em seu pronunciamento com relação às ações recentes que apesar de tudo, a causa de segurança dos Estados Unidos não estaria completa e por isso teria o direito de fazer tudo que se determinar fazer, justificado "não apenas por riqueza e poder, mas por causa do que somos: uma nação, sob um Deus, com liberdade e justiça para todos" (G1, 2011 b).

A guerra ao terrorismo, desencadeada inicialmente por George W. Bush, e a qual a morte do líder da Al-Qaeda está longe de pôr um fim, esteve desde o início associada a um discurso semirreligioso que contrapunha de um lado uma nação "livre, democrática, igualitária", e de outro, indivíduos "fanáticos" e "fundamentalistas". Esta oposição que serviu para deslanchar uma nova Cruzada é, na verdade, uma reformulação do velho antagonismo entre Oriente e Ocidente, agora sob um contexto diferente. Esta divisão que já foi sustentada desde muito tempo é uma das muitas oposições que podemos notar até mesmo em nosso cotidiano – a respeito da religiosidade, costumes, posicionamento político e outras questões, por exemplo, nas quais intervêm diferentes formas de pensamento. Porém, a divisão Oriente-Ocidente possui o diferencial de dividir sempre o mundo em dois grandes pólos, isto é, não só provoca separações em locais específicos, mas o caráter binário desta divisão acaba por possuir um alcance universal, de forma a não deixar nenhuma parte do globo excluída desta oposição (KOSELLECK, 2006). Logo esta divisão – assim como várias outras – uma vez existente induz a assumir posições, opiniões e formular idéias quanto a ela e surgem então os espaços para preconceitos e estereotipificações. Quando conceitos opostos não são aceitos mutuamente, há discriminação e exclusão de grupos imposta por um dos grupos, sem consentimento do outro, considerando-o como uma espécie de deficiência, uma negação de si mesmo.

Em um dos casos os modos de nomear usados pelas diferentes pessoas para si próprias e para os outros concordam entre si, no outros elas divergem. Em um caso as palavras implicam reconhecimento mútuo, no outro introduz-se nas designações um significado depreciativo, de modo que o parceiro pode considerar-se mencionado ou chamado, mas não reconhecido. Tais atributos que só podem ser usados em uma direção, e que na direção contrária são diferentes, serão aqui chamados de "assimétricos" (KOSELLECK, 2006, p.193).

Seria essa ótica da negação e do preconceito que muitas vezes governariam as ações dos indivíduos, das instituições e até mesmos das nações com relação à oposição Oriente-Ocidente.

Esta oposição Oriente-Ocidente é, portanto, baseada nesta assimetria de conceitos, no qual um dos grupos acaba por determinar conceitos ao outro. Mostra-se portanto necessário

analisarmos as opiniões da sociedade ocidental com relação à cultura oriental, especificando-se nos espaços e oportunidades para preconceitos e estereotipificações do Oriente. Essa verificação é plausível se tivermos consciência de que esta divisão e estes conceitos são uma criação, como defende Said: "Isto não quer dizer, porém, que a divisão entre Oriente e Ocidente seja inalterável nem que é simplesmente fictícia", mas que "o Oriente e o Ocidente são fatos produzidos por seres humanos" (SAID, 1991, p. 252). Também em *Orientalismo*, Said defende que o Oriente seria na verdade uma espécie de invenção do Ocidente, porém essa invenção não seria completamente desconexa, sem nenhum objetivo. Pelo contrário, sobre estas representações foram feitas um grande desenvolvimento, de início teórico e após, com o desenvolvimento do colonialismo, também prático. Dessa forma há uma construção e representação do Oriente, que se dá por meio de uma exclusão e depreciação deste, pela dicotomia representada entre o Ocidente e seu oposto, o "resto não ocidental". Caracterizando o Oriente - o oposto - de forma deturpada, o Ocidente encontra também uma forma de definir e elevar a si mesmo. O Ocidente se enxerga então como em um espelho que reflete o oposto do Oriente (SAID, 2007). O "Ocidente ('estagnado, irracional e atrasado') é 'construído' como um contraste, um 'outro a partir do qual se pode caracterizar o próprio Ocidente ('dinâmico, racional e progressista')" (BORTOLUCI, 2008. p. 173). O "Ocidente", por sua vez não pode ser considerado um elemento coeso. Se a construção da sua auto-imagem se dá por uma visão que seria oposta ao Ocidente, no caso, o Oriente – que por sua vez também é uma construção – a construção da imagem do Ocidente e seu conceito podem ser relativizados. E, como o Oriente, ao mesmo tempo em que abrange grande parte do mundo em um único conceito, possuiria dentro desta construção, diversas facetas e subdivisões. Portanto o conceito de Ocidente, ao espelhar-se inversamente em um "Oriente" multifacetado a fim de encontrar sua própria identidade, perde também sua homogeneidade e, a partir destes fatos, sua credibilidade. Obviamente, toda esta construção atenderia a interesses ocidentais, que serão abordados à frente. O importante é destacar que esta caracterização oriental por parte do Ocidente é permeada por estereótipos e preconceitos.

Sendo a oposição Oriente-Ocidente também uma oposição entre culturas, faz-se necessário compreender como o conceito de cultura está inserido nesta oposição. Dentre muitas, a noção de cultura que poderia ser mais bem aplicada a esta dicotomia seria outra espécie de oposição que, como defende Terry Eagleton, pode ser definido como um conflito entre "cultura" e "uma cultura", entre "cultura" e "Cultura", ou respectivamente entre alta cultura e cultura como identidade. A "Cultura" representaria uma noção de cultura superior onde as individualidades se veriam minimizadas e harmonizadas em presença de uma espécie

de universalidade. Já a "cultura", quase um oposto do anterior seria uma conceito de cultura como diversidade em seu aspecto fundamental, remetendo a uma individualidade do cotidiano, uma pluralização confrontando a idéia de algo transcendente a favor do universalismo. Com o tempo, teria se iniciado, portanto, uma agressão da "cultura" pela "Cultura" (EAGLETON, 2005).

O fato que tornam este conflito muito próximo da questão Oriente-Occidente é que ambas as definições podem se encaixar de certa forma nos conceitos de "cultura" e "Cultura". A cultura, a partir destas noções de civilidade, passa a identificar um oposto, como um vilão bárbaro, que ameaçaria seu ideal de humanidade e superioridade. Porém, como já vimos, com relação à cultura como modo de vida e identidade, este "barbarismo" seria "cultura" apenas uma célula com características particulares. O que ocorre muito semelhantemente no encontro entre Oriente e Occidente, desde as tradições européias, com relação a estas visões superadjetivadas de um oriente desconhecido, exótico, ou mesmo inferior para o Occidente. Logo, a Cultura pode perfeitamente ser equiparada ao Occidente, já que impõe aos seus "outros" que está acima de qualquer cultura. E esse fato tiraria o peso do Occidente de em algum momento estar, mesmo que acidentalmente, se igualando a outras culturas, pois ele mesmo não se enxerga como uma. Ele seria a norma, e as outras culturas que seriam realmente consideradas culturas, visão esta, tipicamente imperialista. E tendo o Occidente sido identificado desta forma, o Oriente pode facilmente se encaixar na ideia de "cultura" (EAGLETON, 2005).

Em cada uma destas classificações dentro da ideia de cultura, portanto, poderíamos obter alguma relação com a economia ou a política. A idéia de cultura se encontraria limitada e até presa por estes elementos, já que a intensidade da influência cultural dependeria do alcance político de determinada nação que possua determinada cultura, pois "a cultura é mais o produto da política que a política serve obediente da cultura" (EAGLETON, 2005, p. 91), havendo uma dependência por um Estado particular. Logo, na relação Estado-nação o aspecto cultural se mostra importante, porém se movimenta sendo constantemente arrastado pelo Estado, sua economia e política. Daí se insere a importância política do tema, levando a uma relação com as grandes potências mundiais.

As grandes potências, por possuírem uma influência política extensa, acabam por possuir uma cultura com maior abrangência mundial e, em alguns casos, fundamentando-se em padrões baseados na sua própria sociedade, chegam até a subjugar outras culturas. Porém estas hostilidades culturais quando assumidas pelas nações e seus Estados deixam de serem simples oposições culturais. Estes conflitos estariam permeados pela questão das relações de

poder, o que influenciaria no alcance das ações destas nações. No caso do conflito Oriente-Occidente, o que é denominado como Occidente sempre se encontrou na posição considerada "mais forte" politicamente, o que é exemplificado em narrativas de conquistas territoriais, colonialismo e imperialismo ao longo da História.

Não é o Occidente que tem sido atacado pelo mundo; é o mundo que tem sido atacado - e atacado com violência - pelo Occidente [...].

[...] O Occidente, dir-lhe-ão, tem sido o grande agressor dos tempos modernos, e cada um dele exporá sua própria experiência a respeito da agressão ocidental (TOYNBEE, 1995, p.10-11).

E esse suposto domínio seria percebido até hoje, seja pela dependência econômica, ou pelo poder bélico. Dessa forma, o "Occidente" já entraria neste choque sendo geralmente o lado dominante e, de certa forma, catalisador de preconceitos e estereótipos, já que esta posição possibilitaria espaço cômodo para a formação de conceitos deturpados, mostrando-se importante esta distribuição de poder entre o "Oriente" e o "Occidente". Portanto, todas estas construções e oposições não seriam sem razão: seriam reflexo da vontade das potências de possuírem poder sobre as nações mais fracas politicamente, uma expressão da capacidade de manipular, controlar, dominar e manejar o Oriente a favor dos seus próprios propósitos. Logo, esta oposição entre diferentes culturas se torna um conflito geopolítico, ou seja, entre diferentes poderes, políticas reais e suas posições, um conflito global.

Mostra-se, portanto uma necessidade de compreender a formação destes conceitos, ou seja, como a oposição Oriente-Occidente se constituiu e se desenvolveu historicamente e quais os aspectos que influenciaram neste desenvolvimento, focando-se nos principais fatos ocorridos ao longo da História que exponham esta dicotomia, e como ela pode se modificar de acordo com o seu contexto histórico e, além disso, relacionar o estudo desse desenvolvimento com a atualidade, apontando as semelhanças remanescentes e as formas de permanência destes conceitos. Por fim, este estudo poderia servir como meio de esclarecimento em relação ao "outro" e, principalmente, de nossas ideias e opiniões.

1.2 JUSTIFICATIVA

Assim como o choque entre Oriente e Occidente, existem outros tipos de demarcações – sejam com relação à opção religiosa, política, cultural e outros fatores – que embora possuam menor alcance, podem estigmatizar e excluir indivíduos e grupos, determinando diferenças exclusividades e até mesmo o que seriam semelhanças entre estes indivíduos, enfim, características que acabam sendo usadas com pretexto para uma rejeição justificada. E várias

destas divisões que prejudicam e espoliam uma das partes, estão presentes em nosso cotidiano bem próximas de nós em nossa sociedade, não podendo ser, desta forma, ignoradas. Pode-se então chegar à conclusão de que essas demarcações podem provocar conflitos, e as diferenças, mesmo que sutis, podem resultar em preconceitos e intolerância, bem como também estes conflitos serem derivados destes preconceitos, notando-se este fato em exemplos ao longo da História e até mesmo em nosso cotidiano.

Quando estas divisões e seus preconceitos, ou seja, quando oposições deste tipo – como é o caso do conflito entre Oriente e Ocidente – tomam alcance global, aumenta ainda mais a necessidade de se discutir estes conflitos, já que quanto maior o alcance deste tipo de problema, ou seja, quanto menos permanece em alcance individual, mais tende a aumentar e maiores tendem a serem os efeitos. Esta divisão – e seu alcance – foi motivo de diversas conseqüências negativas na História do encontro entre diferentes civilizações – colonialismo, imperialismo, revoltas, tensões entre países, guerras, mortes – mesmo que tenha se modificado nas suas formas com o decorrer do tempo. A persistência inconstante desta dicotomia – pela mudança de disposição e localização destes conceitos e outros fatores – instiga a indagação das razões desta insistência e quais as conexões destas razões com as relações e interesses de poder, principalmente atuais, já que para que esta divisão permanecesse até hoje, seriam necessários motivos suficientemente intensos. Todos estes fatores tornam esta pesquisa importante, além de servir como uma espécie de auto-avaliação dos nossos conceitos e opiniões em relação ao outro. Identificar preconceitos e ideias deturpadas sobre algo seria o primeiro passo para eliminá-los, porém esta questão é muito complexa, pois envolveria interesses políticos, que impedem que estes estereótipos sejam simplesmente eliminados, já que esta questão não se trata apenas de simples enganos e “mal-entendidos”. Logo este estudo poderia ser útil ao menos como um alerta e um convite a questionarmos os conceitos que são veiculados deliberadamente em nossa sociedade, das mais diferentes formas. O fato de essas demarcações existirem e estudá-las mais profundamente instiga também que se reflita por que essas divisões se fizeram necessárias, ou, dito de outro modo, que estrutura social tornou não só possível, mas até necessária esta dicotomia político-cultural entre Oriente e Ocidente, a fim de que possamos analisar outras sociedades e suas culturas de uma forma não repressiva, não estigmatizadora e não manipuladora, atacando as raízes sociais e políticas deste fenômeno.

1.3 OBJETIVOS

Portanto, este trabalho possuiria como objetivo geral historicizar as noções de Oriente e Ocidente, focando-se nos conflitos resultantes desta dicotomia e na discussão de possíveis preconceitos e estereótipos sobre a definição da cultura oriental criada pela sociedade ocidental, atribuídos e arraigados a determinados conceitos e a que estes se devem. Como objetivos específicos estariam incluídos caracterizar o surgimento e formação dos conceitos Oriente e Ocidente e de que forma vieram a se dispor como uma oposição, como uma oposição, esclarecendo suas causas; analisar o desenvolvimento destas noções ao longo da História, sob diversos aspectos (geográfico, social cultural, religioso, político, econômico e outros), e como de acordo com estes aspectos, esta oposição pode modificar-se e adaptar-se; relacionar o desenvolvimento histórico destes conceitos com suas formas de permanência na atualidade e quais seriam seus pontos comuns. A metodologia utilizada pautaria-se em um levantamento bibliográfico, isto é leitura e pesquisa de autores que abordem o tema, além de se utilizar de informações dos meios de comunicação atuais, a fim de obter informações sobre possíveis conceitos a respeito do deste conflito, veiculados na mídia mundial.

2 CONFIGURAÇÕES HISTÓRICAS

2.1 HELENOS E BÁRBAROS

Inicialmente, analisaremos uma dicotomia que, apesar de se distanciar muito temporalmente dos exemplos inicialmente dados, pode ser diretamente atribuída à oposição Oriente-Occidente, já que possui características relacionadas a esta e semelhanças comparáveis à outras oposições desta espécie, como veremos a seguir. Pode ser considerada como uma das primeiras manifestações desta – ou talvez a primeira – considerando que oposições desta espécie tendem sempre a se repetir, ainda que sob configurações diferenciadas. Não só apontar de que forma, dentro deste tópico, o desenrolar dos fatos ocorreu neste período histórico, mas também definir o “molde” no qual esta oposição foi criada, ou seja, definir metodicamente sua estrutura semântica – como também serão discutidos nos períodos seguintes. Para definirmos essa estrutura, pode-se inserir a oposição helenos-bárbaros na definição de conceitos opostos assimétricos de Reinhart Koselleck. O autor explicita em sua obra de que formas os modos de nomear, as atribuições e designações que aplicamos ao outro podem se organizar e classificar individualmente e também historicamente, quando as designações são aplicadas a grupos maiores. Uma destas classificações, portanto, na qual ambos os pólos da divisão seriam o oposto um do outro e um dos lados desta oposição não se reconhece como tal, devido ao teor depreciativo da designação que lhe é atribuída, seria a de assimétricos antitéticos. Classificação esta que pode ser atribuída à oposição Oriente-Occidente e também, conseqüentemente, a oposição heleno-bárbara.

Dessa forma, podemos classificar, segundo a definição de conceitos antitéticos primeiramente como um conceito binário e universal, já que os conceitos de helenos e bárbaros dividiam, na época, o que era considerado todo o mundo, já que não se possuía conhecimento da existência das Américas. Logo, o alcance físico e até mesmo cultural, devido à expansão, era considerado completo. Em segundo lugar, como antitéticos assimétricos, pois não cabem a estas denominações áreas de interseções. Um bárbaro não poderia ser considerado um heleno, tampouco, um heleno ser considerado bárbaro. Além disso, a caracterização da “barbaridade” se dá pela autodenominação da “helenidade” configurando a assimetria. Ora, um heleno reconhece seu “outro” como bárbaro e identifica em si sua “helenidade”, porém quem é chamado como bárbaro reconhece o heleno, mas não reconhece sua “barbaridade” (KOSELLECK, 2006). Segundo Said, esse não reconhecimento denuncia o quanto a demarcação dos conceitos pode ser arbitrária, já que os “bárbaros” não

precisariam ter consciência dela. “Basta que ‘nós’ tracemos essas fronteiras em nossas mentes; ‘eles’ se tornam ‘eles’ de acordo com as demarcações” (SAID, 2007, p.91). Em uma direção, os termos usados funcionam, na outra, se perdem.

Abordando agora historicamente o tema, a explicitação do surgimento e configuração inicial do tema se faz necessária. O termo “bárbaro” já era amplamente difundido e aplicado a todos os não-gregos, antes mesmo de a denominação de “helenos” ganhar popularidade entre os próprios. Com o reconhecimento do outro, veio então a autodenominação, e os gregos passam a reconhecerem-se como “helenos”. Assim o par de conceitos passa a vigorar do século VI ao século IV A.C., de forma a denominar bárbaro todo aquele que fosse não-grego.

O menosprezo aos estrangeiros, aos que balbuciavam ao falar, ou cuja linguagem não se entendia, cristalizou-se em uma série de epítetos negativos que desclassificavam toda a humanidade que vivia fora da Grécia (KOSELLECK, 2006, p. 198).

Logo, o surgimento da identidade helênica pode ser atribuído a uma negação do outro, visto como diferente do “eu”, a princípio geograficamente. Porém “as fronteiras geográficas acompanham as sociais, étnicas, e culturais de maneiras previsíveis” (SAID, 2007, p. 91). A “helenidade”, ou seja, a consciência não estrangeira se basearia “numa ideia muito pouco rigorosa do que existe ‘lá fora’ para além do território conhecido” (SAID, 2007, p. 91). Podemos classificar, portanto esta separação como inicialmente, espacial.

Porém a separação não estava ligada somente ao âmbito espacial, mas fazia-se atribuição também à *physis*, a partir do momento em que se classifica um indivíduo de “não grego”. Este, ao ser simplesmente denominado estrangeiro traria, implicitamente, diversas determinações negativas. Estas poderiam ser facilmente justificadas por meio de exemplos reais, que poderiam ser generalizados como “o convívio com os comerciantes de ultramar, a grande multidão de escravos estrangeiros, a devastação da Grécia pelos ataques dos persas e outras experiências semelhantes” (KOSELLECK, 2006, p. 198). Dentro deste contexto, o Ocidente acaba por determinar características específicas e imutáveis, uma espécie de “essência oriental”, que permeia tudo o que o oriental faz ou é, “que constitui a base comum e inalienável de todos os seres considerados” (SAID, 2007, P.146), os orientais bárbaros. E partindo desse essencialismo, cada vez mais o distanciamento entre os conceitos é alargado, já que os gregos apontam e reforçam características da “helenidade”, características que possuiriam, e que se postas em comparação com os bárbaros apenas realçariam o aspecto negativo das características destes, e o aspecto positivo das características dos helenos. O contraste torna-se, portanto, cada vez maior (KOSELLECK, 2006).

As características atribuídas às duas faces da oposição possuiriam duas diferentes justificativas. A primeira seria natural. Os bárbaros possuiriam características inatas que os tornariam inferiores (KOSELECK, 2006). Um autor do período que exprime essa preferência de justificativa da inferioridade bárbara na sociedade helênica é um dos autores mais importantes das Civilizações Clássicas, o filósofo grego Aristóteles. Teve grande importância e para o pensamento do Ocidente, sendo considerado um dos fundadores da filosofia ocidental e influenciou grandemente o cenário intelectual medieval. Em sua obra, *Política*, Aristóteles busca apresentar o que é o Estado, as formas que este pode se apresentar, as formas de constituições que os regem, e as relações entre os indivíduos destas sociedades. De acordo com sua visão biológica antievolucionista de espécies fixas e a doutrina do ato-potência, um ser é algo em ato, e pode vir a ser algo em potência, estando suas capacidades presas apenas a estas predefinições subentendidas. A partir destas condições, define sua ideia de alma, e como esta influi na posição dos indivíduos na sociedade política, uma influência exercida devido à essência do ser.

Dessa forma, como características desta essencialidade bárbara estariam a irracionalidade, a desorganização, que seriam naturalmente determinadas. O fato de os bárbaros serem movidos por paixões, não possuírem razão e não serem capazes de fazer distinções denuncia que, um ser desta espécie, só poderia ser dominado pelo corpo, ao invés da alma, que seria o ideal para uma criatura viva normal. A alma seria superior ao corpo, portanto o domínio pela alma “é natural e conveniente, ao passo que a equidade entre ambos ou domínio do inferior é sempre doloroso” (ARISTÓTELES, 1999, p.150). Uma explicação para o enaltecimento da posse da razão e inferiorização e repúdio a uma suposta irracionalidade bárbara seria o reconhecimento da razão como um caractere superior, transcendente, quase divino. Essa tendência pode ser culturalmente exemplificada na sociedade grega através de sua mitologia. Prometeu, um titã¹, é encarregado de criar a humanidade. Após uma artimanha contra Zeus², Prometeu teria sido punido e sua criação, os seres humanos perdem o domínio do fogo. Então, o titã resolve roubar o fogo do Olimpo – simbolicamente a razão, inteligência e conhecimento –, vingando-se de Zeus e presenteando a humanidade com uma ferramenta que a tornaria superior a outros seres terrenos. Como castigo à ousadia de Prometeu, Zeus condena-o a permanecer trinta mil anos, acorrentado a

¹ Seriam deuses que, segundo a mitologia grega, nasceram no início dos tempos, ancestrais dos futuros deuses olímpicos e também dos próprios mortais. Os titãs nasceram da união entre Urano, que representava o Céu, e Gaia, que seria a Terra.

² Principal deus na mitologia grega, considerado o deus dos deuses, sendo associado à fenômenos naturais e força. Sua equivalência romana seria Júpiter.

um monte, o Cáucaso, no qual teria seu fígado comido por uma grande águia e regenerado todos os dias. Nota-se que essa explicação da mitologia grega da origem da capacidade racional do homem tem reflexo, mesmo que indiretamente, no pensamento filosófico e na forma como a sociedade helênica pensa sobre si mesma. Se estes se consideram portadores de uma qualidade divina, evidentemente inferiorizariam aqueles que não consideram portadores da mesma capacidade.

Sinal de inferioridade bárbara seria também a ausência de um Estado, de uma parte da comunidade que comande. Portanto, sem comando e sem organização, os bárbaros são tidos como incapazes de distinguir o bem do mal e de praticar a justiça, como animais. O Estado seria a salvação para o homem, já que este não pode ser auto-suficiente e, sendo o Estado a auto-suficiência, é também a perfeição. “E aquele que por natureza, e não por mero acidente, não tem cidade nem Estado, ou é muito mau ou muito bom, ou sub-humano ou super-humano” (ARISTÓTELES, 1999, p.146).

A relação entre o senhor e o escravo estaria na racionalidade e capacidade de dominar pela inteligência do primeiro e capacidade de executar suas ordens pela força corporal do segundo, sendo ambas as atribuições naturais. Portanto, devido às suas características inferiores, bárbaros e servos seriam considerados de uma mesma natureza. Esta predisposição para o senhorio ou para a escravidão teria, até mesmo, naturalmente, reflexo na formação corporal dos indivíduos, sendo os corpos do escravo “forte para o trabalho servil” e o do senhor “esguio, se bem que inútil para trabalho físico, útil para a vida política e para as artes” (ARISTÓTELES, 1999, p.151). E, havendo diferença corporal, também consequentemente ela seria existente na alma. Logo, bárbaros seriam considerados escravos por natureza e os helenos, que possuiriam características equivalentes a de senhores poderiam conquistá-los, ou até mesmo exterminá-los, de forma justa, bem como rebaixá-los à servidão, submetendo-os de acordo com suas qualidades naturais. No primeiro caso, a dominação e predomínio helênico são externos, no segundo, internos já que esta explicação pôde então ser utilizada pelos gregos para justificar tanto sua expansão militar e cultural quanto o suposto direito de terem os bárbaros estrangeiros como propriedade e parte da construção da estrutura interna do Estado (KOSELLECK, 2006).

Na segunda forma de justificativa, a perspectiva é histórica. Se comparados o modo de vida heleno e bárbaro nos tempos antigos, poderia-se dizer que também os helenos compartilhavam as características selvagens e depreciativas que estes tanto criticariam mais tarde

Então, os helenos compartilhavam a grosseria e o atraso dos costumes bárbaros, como se apresentarem com vestimentas de guerra, portarem armas ou praticarem pirataria em tempos de ‘paz’, comprarem mulheres, escreverem em mau estilo, privilegiarem nos processos o acusador, elegerem voluntariamente governantes despóticos, fazerem trocas sem dinheiro – formas de comportamento que, com o aumento da civilização e da divisão do trabalho, teriam sido superadas (KOSELLECK, 2006, p.201).

Neste tipo de justificativa temos uma oposição entre civilização – “helenidade” – e barbárie, com construção de uma espécie de linha temporal do progresso, na qual os helenos desenvolveram-se culturalmente, rumo à civilização, ao passo que a barbárie não realizou tal avanço. Trata-se de uma “não simultaneidade de estágios culturais” (KOSELLECK, 2006, p.201). Também a posse ou não de uma consciência histórica poderia diferenciar um povo bárbaro de uma sociedade civilizada e culta.

Embora as duas formas de argumentações sejam diferentes e até certa forma possam se relativizar entre si possuem função comum de subjugar o lado mais fraco da assimetria, justificando o poder e controle exercido sobre ele, isso tanto internamente quanto externamente. Principalmente a natural, ambas as justificativas deveriam manter a dominação e cada um em suas determinações: heleno, senhor, bárbaro, escravo, seguindo o princípio que um não pode ser simultaneamente, nem vir a ser futuramente, o outro. Porém, uma quebra na determinação dos conceitos acaba por mudar drasticamente a natureza e a condição de mobilidade entre os polos opostos, além de introduzir seguida falha e substituição por outro tipo de divisão (KOSELLECK, 2006).

Se antes as determinações eram feitas com relação direta à localização espacial, essa ligação é rompida. O bárbaro passa a ser aquele que não possui uma formação cultural, e que não sabe falar grego corretamente. Isto muda completamente as condições dos indivíduos, uma vez que não seria mais impossível para alguns, serem considerados helenos. A desnaturalização da oposição de geográfica para social, a torna agora exclusivamente justificativa de organização interna e uma oposição, digamos, bem mais flexível no que diz respeito à dominação. “O dualismo passou então a servir como uma garantia indireta da função social da camada helenista, educada para governar” (KOSELLECK, 2006, p.203).

Com o tempo, após uma grande expansão territorial e surgimento de uma terceira divisão, os romanos, a oposição heleno-bárbara acaba por perder força. Primeiramente no que diz respeito a sua abrangência. Em segundo lugar, ao se deparar com uma opção mais convincente. Com o aparecimento dos cristãos, após longo período de conquista militar e exaustão dos efeitos dos choques entre culturas, a apresentação de uma nova religião que promete união e salvação de quem quer que seja independente de suas classificações, helenos

ou não, se torna uma opção, considerando a oposição anterior, muito positiva e atraente. E apesar de o cristianismo ser considerado “bárbaro” ou “oriental” tomou posição de destaque e conseguiu denominação diferenciada, além de possuir nova estrutura semântica. Pode até mesmo, diante das ofensivas militares helênicas e expansões, ser considerado uma contra-ofensiva oriental, porém, uma contra ofensiva religiosa. A oposição entre cristãos e pagãos passa então a ter maior espaço, até chegar ao ponto de substituir a anterior de fato

Depois de os gregos e romanos terem conquistado o mundo pela força das armas, o mundo transformou em cativos os seus conquistadores, convertendo-os a novas religiões que dirigiam sua mensagem a todas as almas humanas, sem fazer distinções entre governantes e súditos, ou entre gregos, orientais e bárbaros (TOYNBEE, 1955, p.133).

A substituição dos conceitos nos quais se encontravam inseridos a humanidade, demonstra como a dicotomia Oriente-Occidente frequentemente incorpora novos conceitos, sendo passível de mudanças, observação que pode ser feita já no que poderia ser considerada uma das primeiras manifestações da oposição. Mais um dos tantos casos na História, na qual uma sociedade dominante acaba por considerar-se excepcionalmente diferente e até mesmo, perfeita a ponto de ser imutável. Porém, historicamente, os exemplos não defendem essa idéia. Embora para a insatisfação dos “bárbaros” passados, o sentido e o uso da figura de linguagem permaneçam.

2.2 DESPOTISMO ORIENTAL

Será discutida neste capítulo uma forma de governo que acabou por ser associada a povos “não europeus”. O despotismo é uma das várias classificações de governo que, desde a origem da dicotomia Oriente-Occidente, aparenta acompanhá-la, como o governo próprio – ou seja, natural - aos países asiáticos, segundo Aristóteles, referindo-se aos persas. A oposição entre “governo dos homens” e “governo da liberdade” pôde ser associada à oposição entre Oriente e Occidente já que a definição de despotismo apresenta em si a definição de despotismo oriental.

A definição das diferentes formas de governo teve a contribuição de diversos autores. Com relação a este tema, um importante pensador francês foi Montesquieu, escritor que por meio de suas obras, foi um crítico dos costumes da sociedade de sua época. Porém, sua obra mais brilhantemente considerada, *O Espírito das Leis*, demonstra de que forma o autor se posiciona a respeito das relações e formas de governo existentes no período. Seu principal

objetivo seria a busca às leis que regeriam os fatos humanos. Tudo o que existe no universo seria regido por leis, e derivariam

da natureza das coisas e, nesse sentido, todos os seres têm suas leis; a divindade possui suas leis; o mundo material possui suas leis; as inteligências superiores ao homem possuem suas leis; os animais possuem suas leis; o homem possui suas leis” (MONTESQUIEU, 1979, p. 25)

As leis seriam a relação entre uma razão à priori e os seres existentes e que possibilitariam a existência, ordem e constância destes e do universo. Portanto, os resultados observados no mundo real não poderiam ser fruto de uma “fatalidade cega”. Esta compreensão será muito comum ao Iluminismo e seus representantes, sendo a influência por este movimento decisivo para a obra de Montesquieu. (BOBBIO, 1980).

Sua obra reflete de que forma Montesquieu é influenciado pelas mudanças de perspectiva que ocorriam. Por meio da tentativa de uma abordagem supostamente científica, Montesquieu inspira-se em uma nova concepção de razão, que surge no início do século XVIII, com o advento do Iluminismo. Esta se compõe de uma fusão de duas formas opostas de racionalidade: a empírica, de Bacon e a dedutiva, de Descartes. A razão do século XVIII alia a experiência prática à dedução lógica, partindo de fenômenos naturais apreendidos através do “sensível” e justificando-os através da comprovação matemática, atitude espelhada no método científico do físico Isaac Newton. O autor procura desprender-se de quaisquer preceitos morais ou religiosos, seguindo a tendência Iluminista da comprovação do conhecimento por meio da evidência e não da autoridade. É com base na premissa de que através da racionalidade humana e de sua ciência, todos os questionamentos podem ser resolvidos, abrindo espaço para uma nova era de igualdade e liberdade política, que Montesquieu e seus contemporâneos procuram compreender a sociedade na qual se encontram.

Em sua obra, Montesquieu define três formas de governo que são determinadas por diferentes características: a monarquia, a república e o despotismo. Antes de caracterizarmos particularmente cada definição, é pertinente esclarecer quais, porque em que graus estas participam da preferência do autor. Em primeiro lugar estaria a monarquia, a qual defende não explicitamente, ainda que esta preferência se mostre clara ao longo do livro. Influenciado pela forma de governo da Inglaterra, Montesquieu deixa transparecer sua posição política na formulação da principal teoria de *O Espírito das Leis*: a teoria da separação dos três poderes, colocando sua classe – a aristocracia – em posição privilegiadamente segura em relação às demais. Impedido o poder executivo de interferir no judiciário e os magistrados populares de julgar seus nobres, respectivamente tanto o rei quanto a burguesia ficariam limitados à

superioridade da nobreza. Em seguida, em sua ordem de preferência a república que, embora não inspirasse uma antipatia aparente, contrariaria seus interesses de classe, mantendo o povo no poder (MONTESQUIEU, 1979). Por fim, a definição de governo mais rejeitada por Montesquieu seria o despotismo, uma novidade já que esta era considerada anteriormente como uma subdivisão ou até mesmo uma degeneração da ideia de monarquia. Porém o autor considera necessária a utilização destacada de uma nova classificação já que teria expandido seu campo de observação, não mais somente a sociedade europeia é estudada, mas também o mundo extra-europeu,

baseando-se nas transformações ocorridas na sociedade europeia, classifica todos os Estados como repúblicas ou principados, com um acréscimo: a categoria que serve para incluir no esquema geral as formas de governo mundo oriental (BOBBIO, 1979, p.122).

Ao passo que Aristóteles define seis formas de governo, três principais – monarquia (governo de um só), aristocracia (governo de poucos), e *politia* (governo de muitos) – e outros três derivados da degeneração das primeiras – respectivamente, tirania, oligarquia e democracia – Montesquieu identifica três formas de governo apenas e que, embora em diferentes nomeações, têm correspondências com as anteriores. Estas degenerações podem ser explicitadas de acordo com o interesse em prol do povo: “Na verdade, a tirania é o governo monárquico exercido em favor do monarca; a oligarquia visa o interesse dos ricos; a democracia a dos pobres. Mas nenhuma dessas formas mira a utilidade comum” (BOBBIO, 1980, p.). Portanto, poderíamos dizer, a partir destas definições, que a monarquia de Montesquieu seria equivalente à monarquia de Aristóteles, de forma que seriam também, respectivamente, sua república e despotismo equivalentes à *politia* e a tirania. Poderíamos associar o despotismo de Montesquieu também a outra definição de despotismo formulada por Aristóteles, embora não utilizasse este termo. Ele associava a figura do déspota ao senhor de escravos, já que equiparava este ao governante dos bárbaros. Assim, esta última forma possuiria, para Montesquieu, uma associação aos povos asiáticos, que a tornaria mais específica, sendo denominada então de “despotismo oriental” (BOBBIO, 1980).

Na definição de suas formas de governo, Montesquieu supõe

três definições, antes três fatos: um que o governo republicano é aquele que o povo, como um todo, ou somente uma parcela o povo, possui o poder soberano; a monarquia é aquele em que um só governa, mas de acordo como leis fixas e estabelecidas, enquanto, no governo despótico, uma só pessoa, sem obedecer a leis e regras, realiza tudo por sua vontade e seus caprichos (MONTESQUIEU, 1979, p.31).

Além das diversas determinantes que diferenciam as formas de governo, a principal seria a idéia de princípios, o qual cada forma teria uma variável particular.

Entre a natureza do governo e seu princípio, há esta diferença: sua natureza é o que faz ser como é, seu princípio é o que o faz agir. A primeira constitui sua estrutura particular e a segunda, as paixões humanas que o movimentam (MONTESQUIEU, 1979, p.42).

De outro modo, portanto, a natureza do governo está diretamente ligada, até mesmo contida em sua definição já que, estando este disposto de outro modo, não poderia ser classificado como tal. Já seus princípios seriam os estímulos que levam este governo a manter seu funcionamento e manutenção e que são chamados várias vezes por Montesquieu de “molas propulsoras” (BOBBIO, 1980).

Na república, o princípio seria a virtude, não a virtude moral, significado comumente associado ao termo, mas o que o autor chama de virtude política, do cidadão, isto é, o amor deste à sua pátria. A virtude então seria seu princípio, pelo fato de que, sendo um governo do povo, isto é, de muitos ou todos, a conscientização com relação à formulação, execução e recebimento da execução dessas leis deva ser maior, já que estas leis se aplicariam a todos de forma igualitária. A virtude seria o princípio necessário em prol de um bem comum, ou seja, o bem do Estado. Portanto, quando falta esta virtude em uma república, “chama-se *rigor* o que era *máxima*; chama-se *imposição* o que era *regra*; chama-se *temor* o que era *respeito*” (MONTESQUIEU, 1979, p.42, grifo do autor). E para que seja inculcada nos indivíduos a consciência da superioridade do bem coletivo em detrimento da vantagem individual, é de grande importância o papel da educação. De forma geral, na república, as decisões são tomadas por uma maioria que se encontra simultaneamente como soberano e súdito.

Na monarquia, o princípio seria a honra, que, ao contrário da virtude, resultaria dos interesses pessoais, do sentimento por si mesmo, como a ambição, desejo de reconhecimento e glória, enfim, pode-se definir como uma extravagância ou grandeza do ego, que exige preferências e distinções. Para Montesquieu, o impulso particular que este princípio causa em cada um dos indivíduos resultaria em uma movimentação do todo, mesmo que inconsciente, a favor dos interesses do Estado monárquico. Nesta forma de governo, a virtude não estaria ausente, porém menos destacada e necessária que a honra. Uma de suas principais características seria a presença de poderes intermediários, que conteriam possíveis abusos do monarca, além de serem necessários para que o poder deste se faça valer. Segundo o autor, por exemplo, o natural e principal intermediário seria a nobreza. Dessa forma, a monarquia seria o tipo de governo em que um indivíduo é o senhor, e o resto da sociedade, seus súditos,

estaria subordinada em hierarquias, dentre as quais estariam os poderes intermediários. Além destas determinações, outro aspecto decisivo da monarquia seria que, tanto o soberano quanto seus súditos, estão igualmente submetidos às determinações de leis. Para que se mantenha a constância das vontades e controle de possíveis abusos deste, faz-se necessário a presença das leis, a fim de afastar, na medida do possível, a monarquia do que Montesquieu chama de despotismo (MONTESQUIEU, 1979).

Esta forma de governo, por sua vez, seria governada por um só indivíduo, que não obedeceria a quaisquer tipos de legislações ou limitações, guiando seu Estado unicamente de acordo com as suas vontades pessoais, isto é, a lei é o próprio déspota. Nela, todos os homens seriam iguais entre si perante a condição de escravidão e inferioridade diante do déspota, não existindo assim, camadas hierárquicas intermediárias entre o povo governado e o soberano. Se este, em algum momento concede poder a algum outro indivíduo, concede-o na mesma intensidade que o seu próprio e inteiramente àquele em quem confia, acontecimento ilustrado na escolha de um vizir, que terá o mesmo poder do déspota. Portanto, esta forma de governo teria como princípio o medo, que mantêm a obediência dos súditos em relação ao tirano por meio de ameaças e castigos atrozes, instaurando o terror em seus súditos (MONTESQUIEU, 1979). Logo, as principais diferenças desta definição de governo para a república e a monarquia serão, respectivamente, a concentração do poder nas mãos de um só, e ação ilimitada, nem por classes intermediárias, nem por leis a que todos deveriam obedecer, diferenças que unidas, tornam este tipo de governo, para Montesquieu, o pior. E agora que, estão definidas as três formas de governo desenvolvidas pelo autor, pode-se aprofundar nas determinantes desse governo associado às sociedades asiáticas.

Em primeiro lugar, a tradição europeia procurou a partir da formulação e criação de formas de sociedades e governos negativizados e associados ao mundo “não-europeu”, definir, a partir de uma negação de um oposto também delimitado, a concepção que se tem da própria sociedade europeia. Dessa forma, a aparente diferenciação entre formas de governo serviu também como

principal critério de distinção entre Ocidente e não-Ocidente (e, sobretudo, Oriente). O despotismo, como conceito síntese, foi sendo constituído como uma verdadeira antítese de uma visão auto-hegemônica da Europa – uma espécie de denominador genérico para tudo que o ‘outro’ representava e a partir do qual o ‘Eu’ europeu se firmava (BORTOLUCI, p. 184, 2008).

Portanto, todas as atribuições já citadas e as que se seguem neste texto a respeito das “sociedades asiáticas” ou das “formas orientais despóticas de governo”, principalmente as pejorativas, se estabelecem com este propósito.

Agora cabe, portanto, apresentar estas atribuições, principal objetivo deste capítulo. Primeiramente, estas estariam ligadas a uma tendência de naturalizar o despotismo, por meio de uma regionalização, como sendo típico dos países orientais. Essa associação ao mundo oriental teria sido uma importante razão para que Montesquieu formulasse e se utilizasse desta nova classificação de despotismo. Segundo esta teoria, a predisposição ao surgimento ou não do despotismo estaria de acordo com a fertilidade do terreno, o clima, o relevo, e outras determinações físicas. Por exemplo, um governo estabelecido em terreno montanhoso tenderia a ser moderado por estar fisicamente menos exposto às conquistas e tem-se pouco a conservar, ao passo de que nas planícies, além da predisposição à disputas, tudo estaria submetido ao mais forte. Porém, essas atribuições não se limitariam somente aos conflitos por posse de terras e bens, mas também influenciariam o comportamento dos indivíduos, positivamente ou negativamente.

A esterilidade das terras torna os homens laboriosos, sóbrios, habituados ao trabalho, corajosos, aptos para a guerra, pois é muito necessário que eles se esforcem para obter o que a terra lhes recusa. A fertilidade de uma região oferece, juntamente com a abundância, a indolência e certo amor pela conservação da vida (MONTESQUIEU, 1979, p. 248).

Outro reflexo da tendência de naturalizar esta forma de governo acabou por influenciar o modo como eram vistas as atitudes dos povos asiáticos. Segundo a definição de Montesquieu, estes seriam naturalmente preguiçosos, sem coragem, impressionáveis e voluptuosos. Condições impostas pelo clima, sendo este mais quente, refletiriam na condição física do indivíduo, favorecendo uma indolência natural, tanto do corpo, como da alma, ao mesmo tempo em que também aumentaria a exposição dos nervos e conseqüentemente, a sensibilidade aos prazeres. Este fato tornaria estes indivíduos, chamados de “povos do Sul”, predispostos à dependência a paixões e vícios. Já nos “povos do Norte”, local onde o clima seria mais frio, as sensações seriam captadas com menor intensidade e seus indivíduos, seriam mais contidos e dispostos

esta força maior deve produzir muitos efeitos. Por exemplo: mais confiança em si mesmo, isto é, mais coragem; mais conhecimento de sua superioridade, isto é, menos desejo de vingança; mais certeza de sua segurança, isto é, mais franqueza, menos suspeitas, menos política, menos malícia. Enfim, isso deve formar caracteres bem diferentes (MONTESQUIEU, 1979, p. 201).

Seguindo sempre o princípio da definição de si mesmo a partir do oposto do “outro”, enquanto o oriental é indolente e voluptuoso, o europeu é exatamente o contrário. Nota-se,

portanto, a passagem de uma explicação de um fato natural, biológico, gradativamente passando para a determinação do comportamento para, por fim, determinar a índole natural de cada indivíduo. Podemos notar aqui claramente como o projeto Iluminista influencia às tentativas do autor de padronizar a sociedade, que se dá por meio da explicação do mundo através de “leis”. Seria um exemplo da tendência moderna a favor da especificidade conceitual. O que poderia ilustrar claramente a “natureza do oriental” seria a descrição da figura do déspota. Seria, para Montesquieu, um homem que dedica sua existência completamente aos prazeres, de vontade insaciável, que cresceria proporcionalmente à quantidade de seu poder, ao passo que menos se dedica ao seu governo, “o déspota não observa regulamento algum e seus caprichos destroem todos os demais” (MONTESQUIEU, 1979, p.45).

Dessa forma, a naturalização do despotismo corresponde à atribuição ao oriental de uma tendência à servidão. Segundo Montesquieu, para povos com esta natureza, a qual não possuiria nem o governo de si mesmo devido à tamanha preguiça e indolência, o ideal seria que fossem dominados, combinando assim perfeitamente a índole à forma de Estado. A escravidão política, que seria parte implícita do governo despótico une-se a escravidão civil, já que, neste tipo de governo, como todos seriam escravos políticos a escravidão servil “quase não é mais penosa que a condição de súdito” (MONTESQUIEU, 1979, p.213). Então, para que seja possível o estabelecimento do despotismo em determinada sociedade, seus indivíduos devem possuir esta predisposição para serem dominados, o que garantiria o equilíbrio, baseado no terror deste tipo de governo. Em seu livro, Montesquieu discute com atenção o conceito de escravidão e sobre a origem do direito de servidão. Ele inicia definindo o conceito de escravidão como “o estabelecimento de um direito que torna um homem completamente dependente um do outro, que é o senhor absoluto de sua vida e de seus bens” (MONTESQUIEU, 1979, p.213). Depois, define uma série de formas de origem do direito de escravatura, porém, em seguida rapidamente define qual seria a verdadeira origem deste direito: “Essa deve estar baseada na natureza das coisas” (MONTESQUIEU, 1979, p. 215). E ainda que

Há países em que o calor enerva o corpo e enfraquece tanto a coragem, que os homens só efetuam um dever penoso por temor do castigo: a escravatura, portanto, choca menos a razão e, sendo o senhor tão covarde em relação a seu príncipe como o escravo o é a seu respeito, a escravidão civil é, aí, acompanhada também da escravidão política” (MONTESQUIEU, 1979, p.216).

Logo, mais uma característica é atribuída às sociedades asiáticas: para estas, a escravidão seria natural, e todos seus indivíduos possuiriam natureza servil, sendo escravos desde o déspota, até o mais inferior dos súditos.

Outra característica que contribuiria para esse espírito de servidão que dominaria esta forma de governo seria a falta de racionalidade inerente aos indivíduos desta sociedade. Em seu livro, Montesquieu expõe o relato de missionários sobre a vida dos selvagens da Lusiana em um capítulo denominado “Idéia do despotismo”. “Quando os selvagens da Lusiana querem colher uma fruta, cortam a árvore embaixo e apanham-na. Eis o governo despótico” (MONTESQUIEU, 1979, p.71). Embora não seja explícito, é evidente que Montesquieu quis associar o despotismo a certa irracionalidade, baseada na atitude dos “selvagens”, considerada por ele não muito inteligente. Obviamente, esta seria uma das contribuições à formação da identidade “ocidental”, em contraponto com a imagem do “oriental”. “Os diversos autores desta tradição”, “buscaram decantar os princípios gerais da ‘racionalidade’ criativa e progressista ocidental a partir da contraposição à ausência desses condicionantes nas culturas não-ocidentais” (BORTOLUCI, 2008, p. 192,). Logo, as sociedades asiáticas não teriam tido uma passagem equivalente ao Iluminismo na qual estas deixariam de se pautar em conceitos meramente tradicionais e passariam a buscar novos comportamentos e respostas em uma racionalidade científica. A imagem de um indivíduo que é apenas controlado por seus vícios, paixões e vontades momentâneas, exemplificada claramente na figura do déspota, não poderia ser associada a uma sociedade considerada racional.

Associada à autoridade e à vilania do tirano estaria outro fator ligado à irracionalidade oriental: a conduta de vida religiosamente condicionada. Para Montesquieu, mais que o poder do príncipe, a religião teria suma importância no governo despótico. Nenhum indivíduo, poder ou regra poderia se opuser contra a vontade do déspota, porém, a religião governaria acima deste.

Nestes Estados, a religião tem mais influência do que em qualquer outro; é um temor adicionado ao temor. Nos impérios maometanos, é da religião que os povos extraem, em parte, o extraordinário respeito que têm pelo seu príncipe.

[...]Os súditos, que não estão ligados à glória e à grandeza do Estado pela honra, o estão pela força e pelo princípio da religião (MONTESQUIEU, 1979, p. 72).

Logo a religião oriental e seu caráter irracional contribuiriam para a manutenção do despotismo, condicionando seus súditos à obediência, indispostos a rebelar-se. Montesquieu faz uma comparação entre as religiões orientais e europeias, entre as quais a primeira se

basearia em relações pessoais, pautada em uma imposição de poder patriarcal. Por outro lado, as religiões ocidentais seriam impessoais, devido à crescente racionalização da sociedade, que refletiria nas religiões europeias. Haveria até uma preferência para a adequação de determinadas religiões de acordo com as formas de governo, nas quais, a religião maometana “que só fala do gládio” e “age sobre os homens com este espírito destruidor que a fundou” (MONTESQUIEU, 1979, p.367), estaria mais adequada a governos despóticos. Já a religião cristã, que possui “brandura tão recomendada no Evangelho”, “se opõe à cólera despótica com a qual o príncipe faria justiça e exerceria suas crueldades” (MONTESQUIEU, 1979, p.366).

Outro autor, que também desenvolveu teorias a respeito da influência da religiosidade dentro da sociedade foi Max Weber. Este teórico toma o aspecto religioso como um dos principais fatores em sua compreensão da sociedade, e, mais importante a respeito do tema, para a formação da sociedade capitalista europeia ocidental. A partir de seu método de pesquisa sociológica inovador, não mais deixa a parte o papel do ser humano dentro das relações sociais, mas busca compreender como se comporta, quais suas intenções e como age sobre estas, transformando-as. Guiado pelo conceito de sociologia compreensiva, pretende explicar por meio da interpretação e da busca da causalidade as atividades sociais. Estas seriam definidas pela ação orientada “segundo o comportamento de um terceiro” (FREUND, 2006, p.78) baseadas, portanto em um sentido subjetivo contido nestas ações. Dessa forma, um dos principais fatores que influenciariam o comportamento humano e suas atividades sociais seria a religião. Dentro das classificações a respeito da religiosidade, Weber desenvolve a respeito de seu caráter ritualístico. Há associação de religiões asiáticas à magia, que pode ser ilustrada por meio da diferenciação que Weber faz entre o sacerdote e o feiticeiro. “Este age sobre demônios, por meios mágicos”, enquanto o padre pode ser distinguido considerando-o “um ser qualificado intelectualmente, a serviço de um saber específico e de uma doutrina elaborada conceitualmente” (FREUND, 2006, p.142). Já as religiões ocidentais, teriam se desvinculado da magia e dos rituais, relacionando este fato ao racionalismo, progresso e surgimento do “espírito capitalista”, de um fenômeno peculiar à sociedade ocidental, fundamental para a implantação deste sistema econômico e social. Um dos fatores determinantes para o surgimento deste “espírito”, porém não exclusivamente, seria a religiosidade.

Não foi a causa única nem mesmo o bastante do próprio capitalismo. Em outras palavras, o protestantismo foi um elemento que, se o supríssemos em o pensamento no sentido das categorias da possibilidade objetiva e da causalidade adequada, não teria sem dúvida impedido o surto do capitalismo, mas nos obrigaria a conceber de outro modo sua evolução (FREUND, 2006, p. 149).

Dessa forma, a ausência desta forma de religiosidade europeia, não excluiria a possibilidade do surgimento do capitalismo, porém não da forma que se deu no Ocidente, já que, para Weber, o capitalismo surgido no Ocidente teria o diferencial de ser mais racional, devido à ética protestante. De forma geral, as religiões asiáticas acabaram por serem associadas à irracionalidade.

Consequência desta irracionalidade inerente nesta forma de governo e nas sociedades orientais em geral seria o caráter estacionário em sua História. A racionalidade ocidental se desenvolveria juntamente com o desenvolvimento histórico. Em contraposição ao dinamismo histórico do Ocidente, as sociedades não-europeias – e irracionais – seriam classificadas como a-históricas. Logo, quando não há desenvolvimento da racionalidade, não há progresso. A explicação desta falta de dinamismo, para Montesquieu, estaria novamente ligada à natureza dos indivíduos.

Se, a esta fraqueza de órgãos que faz com que os povos do Oriente recebam as mais fortes impressões de mundo, acrescentardes certa preguiça do espírito, relacionada naturalmente com a do corpo, que faz com que esse espírito não seja capaz de qualquer ação, de qualquer esforço, de qualquer contenção, compreendereis que a alma, uma vez que recebeu impressões, não pode mais modificar-se. É isso que faz com que as leis, os costumes e as maneiras, mesmo as que parecem indiferentes, como a maneira de vestir, sejam hoje, no Oriente, semelhantes às de mil anos atrás. (MONTESQUIEU, 1979, p.203).

Dessa forma, vários fatores, nestas sociedades, serviram de justificativa para o fato de que estas não poderiam modificar-se. A influência destes fatores também é desenvolvida a fim de explicar o desenvolvimento social ocidental e oriental por Marx. Este desenvolve sua justificativa por meio da teoria do Modo Asiático de Produção. A teoria formulada pelo autor aparenta ser influenciada por duas espécies de eurocentrismo. Na primeira, é aderido a uma interpretação evolucionista da História, de acordo com uma descrição ortodoxa de continuação, em escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo, sucessivamente. Na segunda, pode-se chegar à defesa de uma visão dualista do desenvolvimento histórico, na qual haveria o desenvolvimento ocidental dinâmico, privilegiado em relação ao oriental, estacionário (BORTOLUCI, 2008, p.187). Porém em ambos, o embasamento para estas formulações seria comum

A inexistência de forças intermediárias entre as aldeias que se auto-reproduziam ‘em baixo’ e ao Estado hipertrofiado ‘em cima’, somada à posse estatal da terra, levaria a que a história do Oriente fosse essencialmente cíclica (BORTOLUCI, p. 198, 2008).

A ausência de classes entre o déspota e as aldeias e a não-apropriação da terra impossibilitaria o surgimento do capitalismo, que derivaria de uma mudança a partir do sistema feudal, com a “acumulação primitiva de capital”. Sendo assim, as forças produtivas das sociedades asiáticas não poderiam evoluir segundo a tradição marxista, permanecendo imóvel.

O desenvolvimento de uma nova forma de governo, o despotismo, pode ser relacionado mais uma vez a necessidade de visualização de um “outro” no qual se encarnaria negativamente todo o oposto de uma civilização livre, igualitária e fraterna, imagem construída sobre a comparação com um conceito também formulado. Montesquieu, que acabou por ter seus pensamentos utilizados em prol, ironicamente, dos ideais da Revolução Francesa, auxiliou na formação da figura do oposto burguês, não só com a formulação da Divisão dos Poderes, mas também pela caracterização da tirania, da violência e da servidão contida no interior do governo despótico. Lamentável seria ver que atualmente, embora de sob outros aspectos – como a violência “justificada” pela defesa do Ocidente contra seus bárbaros contemporâneos, subjugação tirânica contra as nações consideradas menos privilegiadas e servidão ao sistema econômico vigente que toma os indivíduos sob sua dependência –, estas características não estariam tão longe da descrição do mundo capitalista.

2.3 SOCIEDADE ABERTA E TOTALITARISMO

Avançando um pouco mais nesta linha cronológica, nos depararemos com diversos e importantes fatos que se encontram confusos em período turbulento da História. No terceiro capítulo deste trabalho, os olhares serão voltados de uma forma geral para o período de guerras ocorridas principalmente na Europa no século XX, visando como assuntos preparativos importantes à abordagem do tema, os trágicos acontecimentos da Primeira e Segunda Guerra Mundiais. Porém, o enfoque deste capítulo encontra-se no período da Guerra Fria, período de tensões no qual a dicotomia Oriente-Occidente assume mais uma forma: a de oposição entre a sociedade liberal e seus inimigos. Estes acabaram por – apesar das diferentes situações e momentos – serem cunhados de acordo com uma popular denominação no período: o totalitarismo. Dessa forma, se estabelece a rivalidade entre a *sociedade aberta* e a *sociedade fechada*, entre liberalismo e totalitarismo.

Para iniciarmos o esclarecimento destes termos e suas relações com a dicotomia Oriente-Occidente é necessário buscarmos como, primeiramente, se deu o surgimento e desenvolvimento de treme totalitarismo, dentro do século XX, nos períodos de guerra, e qual sua relação com esta oposição. Na realidade, a definição de totalitarismo está fortemente

ligada à ideia de Oriente. Porém, houve todo um desenvolvimento histórico de conflitos que levaram a esta atribuição. Neste capítulo, diferentemente do demais, a abordagem não será feita da origem do conceito seguida da relação com seu desenvolvimento e contextualização. Ao contrário, primeiramente o cenário factual será apresentado no palco histórico para, em seguida, relacionarmos a atuação, nos diferentes atos, de uma forma geral à Oriente-Occidente. Dessa forma, iniciemos o espetáculo pelo desenvolvimento dos acontecimentos determinantes do contexto histórico.

O termo “totalitarismo” possui grande abrangência semântica, porém devido aos acontecimentos do século XX, sua significação política predominantemente aceita foi limitada, primeiramente, à Alemanha hitleriana e após, à União Soviética. Estas teriam sido escolhidas, pois, no período, assim como nos dias atuais, tanto por seus líderes como pelos teóricos que estudaram a época, teriam sido identificadas com características comuns entre si a ao totalitarismo. Em um primeiro momento, no período entreguerras, tanto Hitler quanto Mussolini adotaram este termo, já que teria sido associado inicialmente a um forte ideal de transformação social. Porém por pouco tempo, já que, junto com a substituição de sua dimensão dinâmica – como movimento – pela estática – como regime – este passou rapidamente a ser associado cada vez mais à interferência, senão substituição da vida privada pela pública e, conseqüentemente, à perda de liberdade. Esta impressão que começa a surgir no período acerca do totalitarismo, estaria fortemente vinculada à ideia da eliminação da dedicação à vida individual, que teria sido justificada pela necessidade de manutenção do poder e oposição aos inimigos. Porém, para isso seria necessário um nivelamento, já que estes requisitos seriam realizados por meio de um Estado forte e politicamente autoritário que, por meio de suas decisões, visariam à completa liberdade, determinada pela vontade geral. Esta, por sua vez, seria a vontade do Estado.

O enfoque na violência, a primazia do político sobre o econômico, no momento pós-revolucionário, o mito do povo, eram apontados como traços de semelhança entre os movimentos. Seu antiliberalismo era central. Tanto o Fascismo e o Nazismo quanto o Bolchevismo empregavam uma linguagem combativa contra a burguesia (LUIZ, 2008, p.110).

Estas características atribuídas às novas formas de governo denominadas como ditatoriais começam a direcionar no período as tendências definidoras das formas de governo na Segunda Guerra Mundial.

Após a Primeira Guerra Mundial, o Estado liberal, destruído devido aos prejuízos causados pelos conflitos, encontrava-se em crise. Devido aos danos, a intervenção estatal foi fortemente necessária durante e após a guerra, porém, insuficiente. Surgem então como opção

à economia arruinada vigente, regimes alternativos como o fascismo, na Itália e na Alemanha, porém com suas diferenças particulares. Deu-se o surgimento do Partido Fascista Italiano em 1921 e a subida de Mussolini ao poder. Ainda no período entre-guerras, com a ascensão de Hitler ao governo da Alemanha em 1934, como esperança de formação de um estado que vise o fortalecimento perante as outras nações e com uma melhor representação internacional, o nazismo torna-se o regime vigente do país. Associados a estes fatores estariam também a tomada pelo poder pela Esquerda. Também neste período, iniciaram se diversos debates sobre a formação destes tipos de governo e a atribuição destes ao totalitarismo.

Na passagem para a guerra marcada pelo surgimento de regimes autocráticos, Segunda Guerra deu espaço para novos tipos de atribuições e comparações com relação às nações, visando à definição do termo de totalitarismo. Logo cada vez mais a sociedade, em âmbito global, começa a associar o Stalinismo a outras formas de governo consideradas autoritárias, como o Nazismo e o Fascismo, ligando a URSS, conseqüentemente, ao totalitarismo. O que para Arnold Toynbee, poderíamos definir como certa desconfiança. Procurando desenvolver de quais formas ao longo da História, em diferentes contextos, “o Mundo” teria sido atacado pelo Ocidente trata, em determinado momento com maior atenção a questão da Rússia. Segundo Toynbee, este período suposta agressão e ameaça Russa para com o Ocidente seria até justificável se considerarmos os fatos “segundo a perspectiva do historiador, em lugar da perspectiva do jornalista” (TOYNBEE, 1955, p.17), na qual o Ocidente teria se encontrado sempre na posição de agressor. E se os papéis se invertem, no momento proposto, constitui-se “uma estranha experiência estar sofrendo nas mãos do mundo o mesmo que o mundo esteve sofrendo em mãos ocidentais durante os últimos séculos” (TOYNBEE, 1955, p.13). Quanto a isso

Essa atitude de resignação, ante um regime autocrático que se tornou tradicional na Rússia, constitui, certamente, como nós, ocidentais, o encaramos, uma das principais dificuldades quanto às relações, hoje, entre a Rússia e o Ocidente. A grande maioria do povo do Ocidente considera tal tirania como intolerável mal social. [...] Não desejamos a expansão deste tipo de tirania russa; preocupa-nos, particularmente, o perigo que isto representa para os ideais ocidentais de liberdade, agora que nós, os Francos, nos encontramos, pela primeira vez em nossa história, [...] na defensiva (TOYNBEE, 1955, p.16-17).

Dessa forma, segundo Toynbee e o surgimento de um governo autocrático russo moscovita refletiria a necessidade, portanto historicamente forçada, de um regime desta natureza melhor que “o destino que julgam, se lhes apresenta como alternativa isto é serem vencidos por vizinhos agressivos (TOYNBEE, 1955, p.16). Porém esta atribuição do totalitarismo ao Stalinismo no momento, seria apenas uma precursora do que está por vir.

Cronologicamente, estaríamos ainda, portanto nas definições cabíveis à Segunda Guerra. Várias atribuições eram feitas também no período ao totalitarismo. Com a tentativa de explicação destas formas de governo, alguns autores definiram como “totalitários” os regimes derivados da crise do capitalismo. Porém, uma outra vertente acabou por ser mais bem aceita. Como já citado anteriormente, de forma breve, a escolha de caracterizar o “totalitarismo” por meio de comparação e associação entre as principais formas de governo denominadas “autoritárias” na época – Stalinismo, Fascismo e Nazismo. A obtenção de pontos comuns entre estas seria decisiva para a construção do termo totalitarismo.

As características comuns, além daquelas acima apontadas, referentes às instituições políticas (ditador, partido único, controle da economia) também somava as similaridades psicológicas (fanática hostilidade ao liberalismo, individualismo), o culto da força e desejo de expansão. E era exatamente esta última característica que sugeria um prognóstico da proximidade da Guerra, opondo o totalitarismo às democracias ocidentais (LUIZ, 2008, p.123).

Dentro do contexto histórico a Segunda Guerra, era conveniente esta configuração – isto é, contra os integrantes do Eixo – levada assim a bom termo, ao mesmo tempo em que reforça cada vez mais um discurso anticomunista. Apesar de a ajuda soviética ao final da Segunda Guerra Mundial aos Aliados ter constrangido e até abrandado a utilização do termo, por um determinado período, relacionado à URSS. Porém, este discurso é retomado com força, propiciamente, com a entrada na Guerra Fria.

Neste período histórico, no qual os Estados Unidos passam a possuir hegemonia mundial, o novo e melhor alvo ideológico seria o comunismo. Logo, com a adoção cada vez maior, até mesmo por parte da população do termo “totalitarismo” relacionado ao regime soviético, inicia-se um grande esforço e influência ideológica para a construção da imagem da URSS como o “império do mal” e, é claro, os EUA e seus aliados como o “império do bem”. A determinação cada vez maior da URSS como uma ameaça se relaciona diretamente com as ligações cada vez mais próximas do Stalinismo soviético com a Alemanha hitleriana.

Com a proclamação a doutrina Trumam, a qual apregoava como papal dos Estados Unidos ajudar as “democracias” do mundo inteiro a manter suas instituições livres e sua integridade contra movimentos agressivos que procurassem impor regimes totalitários, o termo passou a ter um papel essencial de ligar os ex-aliados soviéticos da América à Alemanha nazista. Os ânimos anti-alemães foram agora direcionados para o sentimento anticomunista. A Alemanha estava sendo “destotalitarizada”, enquanto os russos deixavam de ser os “aliados da democracia” do período de guerra, passando a ser identificados cada vez mais com o totalitarismo (LUIZ, 2008, p. 119).

Chegamos ao fim da explicitação dos fatos históricos básicos. Retomando a relação destes com a dicotomia Oriente-Occidente, podemos nos perguntar: afinal, por que a

comparação e equiparação de tantas características e formas de governos distintos? Ora, a resposta mais uma vez estaria associada a formação do “outro”. Em cada um dos momentos do século XX, o “inimigo” global mudou de acordo com a guerra que se estabelecia e o Ocidente, que sempre teria sido uma figura política dominante, constrói sua imagem ao deturpar a do seu rival político. Porém como já foi explicitada, devido a estes fatos históricos, a formulação da imagem do “oposto” – e, portanto do próprio Ocidente sofreu grande diversificação. Deste ponto, obtemos a resposta para a resposta anterior: a comparação permitiria a construção do “outro não-ocidental”, com uma melhor coerência e continuidade, o que pode ser percebido de acordo com as tentativas dos teóricos do período de definir a categoria de totalitarismo

Independentemente de sua utilização como arma ideológica durante a Guerra Fria, e da separação ao longo do desenvolvimento de sua definição se procura fazer entre os regimes concretos aos quais ele poderia se referir (Nazismo, Fascismo, e/ou Stalinismo) e as características que se buscou atribuir-lhe como conceito, o fato é que o totalitarismo começou a ser encarado a partir dos anos 1950, como a antítese do liberalismo (LUIZ, 2008, p. 125).

Portanto a categoria de totalitarismo, em sua versão melhor aceita, estaria sempre em choque com os princípios liberais de liberdade e igualdade, além de estar, na maior parte das vezes representada por rivais e ameaças políticas de nações capitalistas.

A diversificação no que tange a definição do totalitarismo pode ser muito bem ilustrada pela intervenção de Hannah Arendt. Em seu trabalho de análise dos conflitos de século XX, a autora toma o conceito como uma novidade, como uma “ruptura completa com toda a tradição de pensamento político e filosófico do Ocidente” (LUIZ, 2008, p. 140). Em seu livro *As origens do totalitarismo*, dividido em *Anti-semitismo*, *Totalitarismo*, Arendt coloca como princípio comum entre o Nazismo – principalmente estudado na primeira parte da obra – e a Rússia soviética – associada principalmente a última – o terror, que definiria o viés totalitário de ambos os regimes. Porém a forma como estas três seções estão relacionadas não fica muito clara o que pode ser explicada devido às influências das experiências pessoais da autora, seguidas das transformações ocorridas no período. Isto é devido ao fato de que “o livro de Arendt resulta, na realidade, de dois níveis distintos que remetem a dois períodos de composições diversas e separadas uma da outra pelo corte temporal do desencadeamento da guerra fria” (LOSURDO, 2006, p. 57).

Em um primeiro momento Arendt associa o totalitarismo ao regime nazista dando destaque ao “imperialismo racial” e ao seu caráter anti-semítico e à Grã-Bretanha. Porém o foco da obra é radicalmente modificado, passando a apontar principalmente a União

Soviética, relacionando-a diretamente com a Alemanha nazista. Podemos então dividi-la em duas partes distintas

Na passagem das duas primeiras partes, escritas ainda sob a emoção da luta contra o nazismo, para a terceira parte, que remete ao desencadeamento da guerra fria, a categoria de imperialismo (que inclui, em primeiro lugar, a Grã-Bretanha e o Terceiro Reich, esse tipo de estágio supremo do imperialismo) cede o posto à categoria de totalitarismo (que inclui a URSS staliniana e o Terceiro Reich [...]) (LOSURDO, 2006, p. 58).

A partir daí, percebemos uma constante tentativa de adaptação da definição de totalitarismo.

Com o advento da Guerra Fria, a autora associa ao marxismo grande responsabilidade pelo totalitarismo. De forma confusa, Arendt faz anteriormente uma distinção entre leninismo e stalinismo, diferenciando “a ditadura revolucionária de Lenin e o regime totalitário de Stalin” (LOSURDO, 2006, p. 61). No primeiro haveria uma relação imediata entre o líder e a população, ao passo que, no segundo

a estrutura articulada criada por Lenin é sistematicamente desmantelada por Stalin, que para impor o regime totalitário, que almeja, precisa desorganizar a massa de modo que possa se tornar-se objeto do poder carismático e incontestado do chefe infalível (LOSURDO, 2006, p.61).

Entretanto, Arendt abandona estas distinções e atribui o peso do marxismo como inspirador totalitário à União Soviética, sem diferenciações históricas, “plano e sem obstáculos passa a ser o percurso que conduz de Marx ao totalitarismo passando por Lenin” (LOSURDO, 2006, p.63). Porém, mais marcante mudança de opinião pode ser apontada com respeito ao próprio Marx. Ao passo que este é, em primeiro momento apontado positivamente como possuidor de um “zelo fanático pela justiça” (ARENDRT apud LOSURDO, 2006, p.58) acaba por ser responsabilizado por uma parcela do totalitarismo no século XX: “o que caracteriza o totalitarismo comunista”, para Arendt, “é o sacrifício, inspirado e estimulado por Marx, da moral sobre o altar da filosofia da História e de suas leis ‘necessárias’” (LOSURDO, 2006, p.58). Além disso, a atribuição da classificação de totalitarismo a países que estavam aliados à URSS, embora estivessem sob regime parlamentar, como a Índia, e a isenção da Itália fascista do termo, tendo no período coincidentemente aderido à Otan seria mais um ponto a favor do fato que a Guerra Fria teve importante peso nas conclusões da autora. (LOSURDO, 2006).

De forma geral, podemos perceber que a autora toma como personificação do totalitarismo, na sequência dos acontecimentos, os regimes e teorias que se apresentam como representantes do atentado à liberdade e a individualidade, personificadas pela sociedade liberal. Outro autor, que teria associado a ameaça à sociedade liberal ao totalitarismo seria

Karl Popper, autor de *A sociedade aberta e seus inimigos*. Em seu livro, Popper faz uma crítica a três principais autores, Platão, Hegel e Marx, que seriam os principais ofensores – pelo menos em aspecto teórico – da sociedade aberta, “sendo um compêndio formidável de refutações endereçadas à ideias dos pais filosóficos do ‘totalitarismo’ ” (LUIZ, 2008, p. 128). Vistos estes aspectos, vamos à definição do conceito de totalitarismo e de sociedade aberta e fechada. Porém, nos auxiliaria a compreendê-las primeiramente a explicação dos conceitos de *historicismo* e *tribalismo*.

Popper introduz seu livro já esclarecendo que o objetivo da obra seria desenvolver a compreensão do totalitarismo e refutá-lo. Ao longo de todo o livro o autor procura desenvolver a jornada da sociedade liberal democrática, na qual suas atribuições de “liberdade, igualdade e fraternidade” seriam as melhores opções para o decurso da História, na qual, a democracia “fornece um arcabouço institucional que permite a reforma sem violência e assim, o uso da razão nos assuntos políticos” (POPPER, 1987, p. 23). Esta “heroína”, como procura demonstrar Popper, encontraria sempre, desde seu surgimento, empecilhos, os “inimigos” da sociedade liberal, que a põem à prova da “experimentação e erro”. Estes inimigos estariam baseados em filosofias que procurariam anular sua racionalidade. E, a principal para o autor, que a apresenta e desenvolve ao longo de todo o livro, seria o historicismo. O autor criticaria a “profecia histórica”, isto é, a prática que possuiriam nas ciências sociais de formular filosofias que tentariam “descobrir leis históricas que habilitam a profetizar o curso dos acontecimentos históricos”. Considerando isto, questiona Popper: “está dentro do alcance de qualquer ciência social fazer tão amplas profecias históricas? Podemos esperar mais do que a resposta irresponsável do adivinho, quando perguntamos a alguém o que o futuro reserva para a humanidade?” (POPPER, 1987, p. 17). Para Popper não. Este historicismo seria apenas mais um artifício dos inimigos da sociedade liberal de abolir o racionalismo científico e retirar a responsabilidades das costas da civilização, que teriam sido adquiridas com a passagem para a civilização. A essa força contrária ao progresso, Popper também a denomina: atribui a esta o conceito de tribalismo.

Este seria “a ênfase sobre a suprema importância da tribo, sem a qual o indivíduo nada é em absoluto, é um elemento que encontraremos em muitas formas de teorias historicistas” (POPPER, 1987, p. 23). Dessa forma, o tribalismo seria a força contrária ao individualismo, que seria a impulsionadora para a sociedade democrática e, para o progresso. O tribalismo e o coletivismo – sentimento de grupo ou classe que permaneceu em sociedades que não seriam mais tribalistas – portanto, atrasaria a sociedade de volta ao totalitarismo. Este estaria fortemente ligado ao que Popper denomina “doutrina do povo escolhido”, uma forma

específica de historicismo teístico, que reconheceria Deus como autor dos fatos históricos. A “doutrina do povo escolhido” é posta como uma espécie de analogia, que ilustra e relaciona ao totalitarismo moderno.

No caso do racismo, é ela considerada como uma espécie de lei natural, a superioridade biológica do sangue da raça escolhida explica o curso da história [...]; resume-se apenas à luta das raças pela hegemonia. No caso da filosofia da história de Marx, a lei é econômica; toda a história deve ser interpretada como uma luta de classes pela supremacia econômica (POPPER, 1987, p. 23-24).

Destas constantes “tentativas” de assalto à sociedade liberal derivariam a teoria de Popper que estes movimentos reacionários seriam derivados à ainda não recuperação completa da passagem para a civilização, na tentativa de retorná-la ao tribalismo. Essa “civilização”, ou seja, a sociedade liberal individualista, o caminho do progresso, seria a *sociedade aberta*, e a sociedade tribal ou totalitária, a *sociedade fechada*. Agora definidos estes conceitos, pode-se explicar como os autores anteriormente citados por Popper atentariam contra a sociedade aberta.

O primeiro desta lista seria Platão o qual, para o autor sua teoria teria ligação direta com o totalitarismo. O contexto apresentado seria a primeira passagem para a sociedade aberta, com origem na civilização grega. Estes teriam sido os primeiros a abandonar o tribalismo que, nestas sociedades, estariam determinadas por duas características principais, encontradas na maioria destas: “sua atitude mágica ou irracional para com os costumes da vida social e a correspondente rigidez desses costumes” (POPPER, 1987, p. 187). Isto é, em primeiro lugar, a determinação dos fenômenos cotidianos – sejam sociais ou naturais – por uma vontade sobrenatural e, em segundo lugar, que “os tabus mágicos determinariam boa parte da vida do indivíduo, ocorrendo poucas mudanças – que assim mesmo seriam impostas por novas condições religiosas – já que, não se baseariam em uma forma racional de melhorara as condições sociais”. É determinado pelos tabus, pelas mágicas instituições tribais, que nunca podem ser objeto de consideração crítica”. “Baseadas na tradição liberal coletiva, as instituições não deixam campo à responsabilidade pessoal” (POPPER, 1987, p. 188). Desta forma o que diferenciaria a sociedade aberta da tribal seria a capacidade de reflexão racional sobre nossos costumes. Assim Popper define: “chamaremos também a sociedade mágica, tribal ou coletivista, *sociedade fechada*, e a sociedade em que os indivíduos são confrontados com decisões pessoais chamaremos *sociedade democrática*” (POPPER, 1975, p. 188, grifo do autor).

Esta passagem à civilização, portanto, do tribalismo à sociedade aberta, teria sido encarnada no conflito entre Atenas e Esparta, que teria se iniciado como a tentativa da

oligarquia ateniense, associada aos espartanos, de parar o avanço da democracia, impedindo desenvolvimento das condições marítimas e do comércio, que teriam sido “talvez a mais poderosa causa da queda da sociedade fechada”, já que “o estrito contato com outras tribos é susceptível de minar o sentimento de necessidade com que são encaradas as instituições tribais” (POPPER, 1987, p. 192-193). O quadro teria se agravado com a Guerra do Peloponeso, a queda de Atenas e a instauração da Tirania dos Trinta espartana. Porém, a continuação da batalha com a revolta democrata teria enfraquecido o governo oligárquico, abandonado pela proteção espartana, permitindo o restabelecimento da democracia ateniense. Temos a vitória da sociedade aberta e, como previsto, os ideais humanísticos prevaleceriam. Em contrapartida, as opiniões de Platão a respeito das mudanças ocorridas não teriam agradado Popper.

Platão defendia, segundo Popper, um Estado puramente totalitário, já que visaria o retorno ao tribalismo – e logo a detenção da mudança política. Isso se daria pela instituição do coletivismo – no qual a felicidade do todo deve ser também a felicidade individual, pela atribuição de poderes – que permaneceria “conservando cada qual em seu lugar”, isto é, determinando a posição dos indivíduos por meio do “privilégio natural” – e, por último, a determinação da função dos indivíduos – que seria manter e reforçar a estabilidade estatal. Estes princípios se oporiam na mesma medida aos do Estado da sociedade aberta: “o princípio igualitário propriamente dito”, “o princípio geral do individualismo” e, por fim, “o princípio de que deve ser tarefa e objetivo do estado proteger a liberdade dos cidadãos” (POPPER, 1987, p. 109). Popper também critica a soberania do poder político no governo de Platão, no qual o mais apto deveria governar. O autor declara que a questão fundamental não seria de quem ou que classe deveria governar, mas a adoção de uma política democrática, a fim de evitar o fato de que “aquele que detêm o poder pode, quase inteiramente, fazer o que lhe apraz; pode, especialmente, reforçar seu poder, aproximando-o mais, portanto, de um poder ilimitado e incontrolado” (POPPER, 1987, p. 136-137). Não somente democrática no sentido de ser um “governo da maioria”, mas também sendo possível realizar mudanças neste, protegendo as instituições políticas. “Embora aceite uma decisão da maioria, fim de que possam funcionar as instituições democráticas, estará livre para combatê-la por meios democráticos e trabalhar pela sua revisão” (POPPER, 1987, p. 141). Estas medidas evitariam a instituição da tirania – até mesmo por meios democráticos.

Visto tudo isso, o retorno ao tribalismo e doutrinação no governo de Platão, para Popper, seria contrário ao progresso, oposta à sociedade aberta, já que eliminaria a capacidade crítica e instauraria a servidão política, conseqüentemente, o totalitarismo. Outro autor,

criticado por Popper, seria o filósofo Hegel, por ser também inimigo da sociedade aberta, um “elo perdido” entre o tribalismo de Platão e o totalitarismo moderno. Segundo Popper, Hegel teria sido uma eficaz ferramenta para os interesses de Frederico Guilherme II, rei da Prússia, no período por volta da Revolução Francesa, utilizando-se da filosofia hegeliana para manter seu poder – ou melhor, para Popper, Hegel teria formulado suas teorias em benefício do Prussianismo, que se revolta contra a liberdade e a razão. Como representante da sociedade fechada, o qual sua influência teria permanecido com poderosíssima força, seria de extrema importância explicá-la e combatê-la. Suas críticas a Hegel são altamente severas, e basicamente, pareciam ter como objetivo não só desacreditar estas teorias, como destruir até mesmo a capacidade de Hegel como filósofo – mas é claro, inocentemente, como defende no prefácio de sua obra, no qual suas “palavras ásperas” não teriam, referindo-se aos alvos, “desejo de depreciá-los”. Afinal, nada mais justo que a irritação de um liberal devido a um ataque à sua sociedade aberta, ainda mais por razões tão funestas. Mas vamos então ao alvo da vez: Hegel.

Segundo Popper, a filosofia hegeliana basearia-se em dois pilares fundamentais: sua *triade dialética* e a *filosofia da identidade*, fundamentais ao ataque à sociedade aberta. No primeiro pilar, Hegel é apresentado junto da lei geral do desenvolvimento histórico, na qual o mundo e suas essências estariam em constante fluxo, a fim de chegar a uma causa final, sua chamada “Idéia Absoluta”. Trata-se, portanto, de um progresso, no qual cada fase contém – portanto, nada é perdido – e supera as anteriores. Dessa forma, ao estudarmos o Estado, devemos conhecer sua essência, ou seja, o “Espírito da Nação” que o forma, porém não de forma estática, mas dentro da História. Daí deriva a primeira crítica de Popper: o historicismo estaria presente já na necessidade de compreensão da História do “Espírito” e da determinação que este teria no destino histórico da nação. Afinal, se ao longo da História, oposições antitéticas poderiam muito bem “proceder das mesmas suposições, podendo ser provadas com igual grau de ‘evidência’” (POPPER, 1987, p. 45) o que garantiria a escolha do melhor caminho e o progresso constante? Hegel defende a sua ideia explicitando que a visão desta superação não deve ser tida de um ponto estático, mas sim de um no qual a contradição da razão seja necessária ao seu desenvolvimento, ou seja, a razão seria esta própria continuidade histórica.

Primeiro é apresentada uma tese; mas ela produzirá crítica, será contraditada pelos seus opostos, que asseveram o contrário, apresentando sua *antítese*; e do conflito dessas concepções, chega-se a uma *síntese*, isto é, a uma espécie de unidade dos opostos, uma transigência ou uma reconciliação em nível mais elevado (POPPER, 1987, p. 45-46).

Popper, porém, acusa a teoria da tríade de destruidora do argumento e progresso; admitindo a ciência como local onde contradições não teriam espaço, o que poderia fazê-la sucumbir. Além disso, também ataca Hegel por uma suposta tentativa de impedindo o argumento racional, colocar-se fora do alvo de críticas – e, ao que parece, graças à Popper, esta suposta tentativa não teria tido muito sucesso.

O segundo pilar, a filosofia da identidade, que seria para Popper, baseada em equívocos desavergonhados – este é o adjetivo empregado por ele – que permitiriam “asseverar que tudo quanto é razoável deve ser real e tudo quanto é real deve ser razoável, sendo o desenvolvimento da realidade o mesmo da razão” (POPPER, 1987, p. 48). A realidade seria equivalente a razão, devendo esta conformar-se a aquela e tornar-se verdadeira, unindo-se o objetivo ao subjetivo.

Explicitados estes pontos fundamentais, podem-se apontar suas funções para Popper. Como dito anteriormente, para o autor, as teorias de Hegel teriam sido desenvolvidas como necessidade de uma filosofia oficial do Estado Prussiano. Portanto ambas elevariam a imagem da Prússia. A primeira, pela determinação como ponto mais alto do desenvolvimento histórico, a segunda, como realidade, existência presente, portanto, como razão ideal. E além destes dois supostos artificios, a dialética de Hegel, que seria usada, segundo Popper, para reverter uma ideia ao seu oposto, pervertendo sempre os ideais da sociedade aberta à favor da monarquia, seria mais uma demonstração de que “a confusão e o rebaixamento da razão são necessários” (POPPER, 1987, p. 38). De forma geral, Hegel e seu historicismo para o autor, se empenhariam na defesa do Estado monárquico prussiano e em combater as tendências liberais. “Vemos que Hegel substitui os elementos liberais do nacionalismo não só por uma adoração platônico-prussiana do Estado. Mas também por uma adoração da História, do sucesso histórico” (POPPER, 1987, p. 65). Dessa forma, é realizada a associação de Hegel ao totalitarismo moderno, no qual a ideia de “Espírito da Nação” é substituída ora pela concepção do Sangue ou Raça, no fascismo, ora por interesses econômicos e materiais, no marxismo. E já o citando, entremos na crítica ao último – e o pior – inimigo da sociedade aberta: Marx.

Para Popper, Marx teria sido amplamente influenciado por Hegel, completando a ponte historicista totalitária de Platão, até o desenvolver do marxismo. Apesar de reconhecer a dívida que teria com o autor, dizendo que uma “ciência social anterior a Marx é inconcebível” (POPPER, 1987, p. 89), ainda sim o critica, e o principal motivo teria sido de que forma Marx teria tentado solucionar os problemas sociais, por meio de métodos racionais, segundo ele,

malogrados, pela razão que também rendeu críticas aos outros teóricos anteriores: o historicismo. Porém, de forma muito mais grave.

Nos autores citados por Popper anteriormente, não teria sido visto uma periculosidade tão elevada, já que os ataques à sociedade aberta teriam ficado, em boa parte, sob forma teórica. Entretanto, no caso do marxismo, este teria mobilizado massas e formado movimentos revolucionários – algo muito, ou melhor, extremamente perigoso à sociedade liberal. E, principalmente, esta mobilização teria sido fruto da enganação de um “falso profeta”, já que “Marx é o responsável pela devastadora influência do método historicista de pensamento nas fileiras dos que desejam impulsionar a causa da sociedade democrática” (POPPER, 1987, p. 90). O fato do marxismo se deter apenas no caráter histórico e profético, para Popper, o tornaria um ramo do historicismo. Popper diz que o problema da teoria marxista não se inicia com o determinismo de sua obra, mas por basear-se nele para a construção de uma doutrina com efeitos práticos. O determinismo seria reflexo do historicismo e este não poderia, portanto, ser usado para determinar fins reais, pois levaria os indivíduos a um grande erro.

Uma das teorias pelas quais este determinismo seria guiado, que o autor critica em Marx, é o relativismo histórico, isto é, que “sustenta que todas as categorias morais são dependentes da situação histórica” (POPPER, 1987, p. 209). Dessa forma, as transformações sociais seguintes seriam dependentes da história atual, o que determina uma previsibilidade, e conseqüentemente, um caráter de fatos inevitáveis ao curso da História. Só restaria, portanto contribuir para este curso, auxiliando esta passagem que não poderia ser evitada, tratando-se então de não ir “contra a correnteza”. Popper reivindica, porém, sua posição liberal racional de ir contra a corrente e questiona se não seria concebível “deixar de adotar os padrões morais desse período iminente, preferindo contribuir, do melhor modo que puder, para a sobrevivência dos ideais humanitários” “O fato de que essa decisão não é excluída por qualquer lei sociológica ou psicológica mostra que a primeira afirmação da teoria moral historicista é insustentável”. (POPPER, 1987, p.). Conclui-se então que, por mais que seja possível conhecer o futuro da História – o que Popper já invalida – isto não implicaria que este seja passível de confiança apenas por ser o futuro. Mais especificamente neste trecho, Popper critica o determinismo sociológico de Marx.

Logo, o caráter oracular do marxismo, que não possuiria bases concretas para a utilização como reformadora social, deixando líderes comunistas sem instruções após a revolução, seria o principal perigo à sociedade aberta, já que despreparados, os Estados estariam sujeitos ao totalitarismo cruel, experimentado no século XX. Este historicismo –

originado em Platão, desenvolvido por Hegel e levado às últimas consequências por Marx, nada mais seria para Popper que uma grande irresponsabilidade para com as ciências sociais e a humanidade, que pagariam o preço pelo desprezo à racionalidade e ao individualismo – além do trio da Revolução Francesa -, com o retorno ao tribalismo, caracterizado modernamente com a invasão do Estado no âmbito da vida individual, tornando-o cada vez mais voltado para o coletivo. Este seria o totalitarismo para Popper e Arendt, cujas teorias se completam em uma continuidade do passado ao presente em uma antítese do mundo liberal, maior inimigo da sociedade aberta – e do Ocidente.

2.4 ISLAMISMO E IMPÉRIO

Chegando ao fim desta análise histórica, deparamo-nos com outra oposição, que também pode ser classificada como mais uma configuração da dicotomia entre Oriente e Ocidente. Possuindo bastante repercussão na atualidade, a exibição do combate a um terrorismo sempre associado a um islã apresentado como inspirador de diversos desastres e atentados à vida humana invade os meios de comunicação, pondo em voga a existência de um novo vilão da atualidade. Este pode ser representado em grande parte, pelo povo palestino, que seria representante desta nova “seita do mal” De modo bem superficial e abrupto – como nos é também apresentado pela mídia – este seria o cenário de conflito no qual se oporia a civilização norte-americana contra a barbárie islâmica. Porém isto é apenas uma prévia bastante pobre e dogmática de toda uma conjectura de conflitos ocasionados por choques de civilizações, porém não choques ocasionais – embora historicamente comuns –, mas marcados pela presença do colonialismo, dando origem às revoltas as em prol da libertação nacional.

É claro que, não podemos generalizar, todas as manifestações atuais como plausíveis e recomendáveis. Não se devemos virar as costas para a existência real, por exemplo, do fundamentalismo e do terrorismo. Porém, sem considerar duas premissas básicas. O que se têm visto – ou melhor, apresentado de forma astuta, diante dos olhos, para ser seguidamente ignorada – seria a unilateralidade da análise destes acontecimentos no contexto atual. A vilanização de uma parte do globo supõe a caracterização de outra como o “bem”, e esta disposição das características se forma a partir da atribuição advinda uma das partes deste choque. Consequente à primeira, a segunda premissa baseia-se no fato de que tanto o fundamentalismo quanto o terrorismo – ou qualquer outra atribuição depreciativa desta espécie – não é uma característica exclusiva do Oriente Médio ou deste contra nós, mas

também seria encontrada nos países hegemônicos que se consideram isentos de quaisquer culpas relativas a estas práticas. No caso, o exemplo mais presente de “civilização” e nação hegemônica, além de parte integrante do conflito estudado neste capítulo – e mais uma vez baseada na configuração dos opostos assimétricos –, seria a civilização estadunidense, representante da civilização ocidental atual. Entretanto, antes de iniciarmos o desenvolvimento desta teoria, cabe introduzir como se deu a passagem para o plano político da dominação de uma classificação que, até então era considerada, até mesmo pelos seus estudiosos, como um assunto sumariamente teórico.

Explicitaremos esta transformação de acordo com a abordagem de um importante autor que desenvolve sobre a questão da dicotomia Oriente-Occidente. Edward W. Said, em seu livro *Orientalismo* faz toda uma análise seguindo uma continuidade da história do Orientalismo, o qual define por “sistema do conhecimento europeu ou ocidental sobre o Oriente” (SAID, 2007, p. 272). Este, desde seu início, segundo Said, seria uma espécie de área quase científica na qual, o Ocidente poderia não só estudar o Oriente, mas também manipular e definir ela própria, no que consistiria seu objeto de estudo. Sempre de forma depreciativa, estas definições estariam também de mãos dadas com a definição do próprio Ocidente, a partir da figura do “oposto”. Porém, como podemos perceber na análise do autor, o Orientalismo comporta-se realmente em um ponto com as ciências. A acumulação de conceitos, na tentativa da formação de um conhecimento sobre o Oriente, começa com espécies de construções sistemáticas eruditas europeias, na tentativa de catalogá-lo e torná-lo didático ao Ocidente. A partir deste esclarecimento, portanto, tudo ficaria mais fácil, inclusive para a possibilidade de explorar com maior segurança o Oriente obscuro, distante e hostil, por mais que estas informações tenham bases meramente imaginativas.

Após, a tendência orientalista seria a reestruturação e renovação desta ciência. Possibilitadas pelas novas experiências e informações da exploração do Oriente, serviriam para absolutamente nada de novo: simplesmente corroborar por meio de ilustrações reais, isto é, experiências, a tradição orientalista. Dessa forma, “todo um arquivo internamente estruturado é construído a partir da literatura que pertence a estas experiências”, dando origem a “um número restrito de condensações típicas: a viagem, a história, a fábula, o estereótipo, o confronto polêmico” (SAID, 2007, p. 96). E, por fim, estando as bases da teoria orientalista bem alicerçadas, utiliza-se da chamada “atitude textual” para com o Oriente, ou seja, este passaria a ser tratado agora empiricamente de acordo com os escritos orientalistas, tendo estes um uso funcional, mais especificamente, para o colonialismo. Um importante exemplo que

Said se utiliza seria Napoleão, o qual seus preparativos de conquista do Egito teriam sido extraídos de experiências

que pertencem ao domínio das ideias e dos mitos colhidos de textos, e não da realidade empírica. Seu projeto par o Egito, portanto, tornou-se o primeiro de uma série de encontros europeus com o Oriente, em que o conhecimento especial do orientalista prestou-se diretamente a um uso colonial funcional (SAID, 2007, p. 124).

O Orientalismo, que passou do processo completamente teórico, depois, pela validação da teoria pela prática e após, aplicação do conhecimento na realidade com uso da “atitude textual”, torna-se a dominação europeia sobre o Oriente, passando por cima da experiência e da pessoalidade. A partir deste ponto, porém, o Orientalismo encontra muito maior firmeza em instituições e governos. Os indivíduos não satisfazem mais totalmente os interesses nem acompanham mais o alcance que o Orientalismo necessita e possui, deixando isso agora a cargo das potências ocidentais. E é desta forma que o Orientalismo entra no século XX, ou seja, é desta forma que o choque entre Oriente e Ocidente começa a abarcar, de forma decisiva, o plano político.

O Orientalismo, como o conhecimento europeu – ou ocidental de uma forma geral – do Oriente e, simultaneamente, como dominação europeia do Oriente, valida outras observações de importância sumárias. Consiste no fato de por mais que sejam consideradas condenáveis algumas das ações destes movimentos, geralmente estes se configuram em prol de uma defesa à invasão imperialista. Dessa forma, estas manifestações de revolta não seriam apenas fruto de um cego “ódio contra o Ocidente”. Pelo contrário, como defende Losurdo

A História coloca-nos continuamente na presença de movimentos nos quais – ainda que de modo confuso, turvo e, às vezes bárbaro – se agitam aspirações legítimas à independência nacional ou à recuperação de uma dignidade humana há muito tempo oprimidas (LOSURDO, 2010, p. 94).

Dessa forma, o ponto a ser abordado aqui, com relação ao terrorismo, não seria uma delimitação específica dos culpados, ou um extravasamento gratuito de indignação – como costumam realizar as potências dominantes em seus discursos que sempre pregam a humanidade – nem tampouco justificar os atentados ocorridos, mas lançar luz ao fato de que, se estas tragédias ocorrem, certamente, algum fator contrário à vivência harmônica dos indivíduos que o causam, foi o estopim. E atualmente, o desespero aparenta ser para muitos o caminho para uma liberdade tirada pelo imperialismo, sendo até mesmo desagradável apontar responsáveis quando se tem uma parcela de culpa no processo.

Logo, seria ainda menos válida a acusação específica a uma determinada nação – como acontece hoje com relação à Palestina. Voltamos, portanto, nas premissas sob a análise das quais deveríamos nos guiar para a melhor compreensão destes processos. A primeira, com relação da invalidação à unilateralidade. De acordo com a problemática discutida, se tornaria inviável a caracterização de uma determinada nação em uma imagem transcendente, representativa do “bem”, quando esta possui boa parcela de influência e culpa – sendo geralmente a causa direta – a respeito das manifestações promovidas pelo seu “oposto bárbaro”. E ainda mais se, esta imagem é em grande parte, autoconstruída. A segunda premissa encontra também na discussão anterior, um ponto onde apoiar-se. Este consiste no seguinte fato: a “alimentação” de uma suposta atitude bárbara, provinda das nações “terroristas e fundamentalistas”, como promotora, portanto de tais e, secundariamente, de certa violência, também não configuraria uma espécie de barbárie? Sim. Chegamos então, primeiramente, à corroboração das premissas e, além disso, à duas afirmações. Primeira: não há esta concentração transcendental do “bem” nas potências hegemônicas. Segunda: estas não estão isentas da barbárie dos conflitos atuais. O Ocidente, sob esta visão torna-se, portanto, perfeitamente maculável.

A apresentação às categorias centrais da atual “ideologia da guerra”, ou seja, toda as alcunhas impostas pelas nações hegemônicas aos seus inimigos políticos torna clara a caracterização da dicotomia Oriente-Occidente, de forma a localizar o “outro” sempre como portador de atributos negativos, que servem na formulação da auto-imagem ocidental a partir da negação do outro. Porém, os epítetos atualmente atribuídos ao Oriente Médio – caracterizando seus indivíduos como fundamentalistas, terroristas, e outras adjetivações depreciativas –, não necessariamente podem ser atribuídas em sentido único, ou seja, restrito ao Oriente. Esta seria a principal tese deste capítulo, no qual serão desenvolvidas as relações de poder sob o “império mundial”, formado atualmente pelos Estados Unidos, e de que forma este poder está incluído na relação Oriente-Occidente.

Em primeiro lugar, cabe realizar-se uma delimitação, nesta configuração da dicotomia Oriente-Occidente, das fronteiras da significação de cada atribuição. Em primeiro lugar, sempre houve uma tentativa constante de transfiguração do Occidente, atribuindo a este termos como “a civilização”, a “sociedade aberta” além de característica como a liberdade, a modernidade e o progresso, tanto moral como cultural. Dessa forma, incentiva-se sempre a elevação deste Occidente, que estaria no mais alto nível no que diz respeito à sociedade de forma geral, até mesmo ao longo da História. Porém, esta idealização foi e é ainda feita, obviamente, pela própria sociedade ocidental. A partir desta análise, somos instigados a

pensar se esta constante afirmação de superioridade seria verdadeira e, depois, conhecer de fato o conceito deste Ocidente tão sublime de forma concreta. Porém, concretude é exatamente o que se opõe à definição do Ocidente para Losurdo, já que conviria “notar que um Ocidente tão transfigurado e distante da realidade não pode senão ter fronteiras bastante fracas” (LOSURDO, 2010, p. 246).

A trajetória de modificações ao longo da História com relação ao conceito de Ocidente, embora seja confusa e incerta, parece apresentar alguma constância. Diversos requisitos movem a definição de Ocidente até os Estados Unidos atual. Entre eles, o mercado, a política, a religião, a raça, entre outras. Não só requisitos que determinam esta definição, mas servem como justificativa para uma tendência. Esta será apontada após a descrição do desenvolvimento histórico do Ocidente, a partir destes requisitos. Poderemos sempre notar a mobilidade com que o conceito definido passa a ser, dependendo das circunstâncias, até mesmo seu oposto. Um exemplo, em primeiro lugar, seria a transformação de potências consideradas ocidentais, em bárbaras orientais, como a Alemanha, com o advento do nazismo e a Rússia, com o acontecimento da Revolução de Outubro.

Estes afastamentos da condição original acabam por levar a uma substituição das potências europeias representativas da “consciência ocidental”. “Em todo caso, ‘o Ocidente anglo-saxão’ tende a se tornar o Ocidente enquanto tal, enquanto o Oriente parece iniciar-se já na Europa continental, cujos habitantes pareciam fazer parte dos povos de cor” (LOSURDO, 2010, p. 249). A partir daí, o povo inglês passa a receber a principal parcela da atribuição de detentores da identidade ocidental, porém, não só na Europa, como também no outro lado do oceano. A América ganha então cada vez mais uma imagem ideal de civilização. “A partir da Revolução Americana, a condenação do despotismo e da corrupção moral tende a excluir a Europa em seu conjunto do lugar sagrado da civilização e do Ocidente mais autêntico” (LOSURDO, 2010, p. 249).

Ao mesmo tempo, toma força a ideia de “raça eleita” ou “povo escolhido”, forma expressada ao máximo pelo Terceiro Reich, que chega a opor-se até mesmo a uma das formas de Ocidente, a anglo-saxã, na qual a mistura com outras raças, principalmente a contaminação pelos judeus, a faria se autoexcluir da civilização. Ainda assim, de forma mais branda, porém não menos ativa estaria esta ideia na sociedade norte-americana. “A república estadunidense é herdeira disso. Ela representa o Ocidente extremo e autêntico, e tal Ocidente é o lugar onde, em virtude exatamente de um ‘destino manifesto’, desembarcam e se estabelecem de forma definitiva o império, o povo eleito e a raça ariana” (LOSURDO, 2010, p.255). Este ideal de seleção automaticamente cria a exclusão de culturas e raças, perfeitamente ilustrada com o

período final do século XIX, com relação aos negros e peles-vermelhas. Não só são segregados a cultura e os indivíduos, como também sofrem um genocídio pautado no temor da mestiçagem. Estaria portanto explicado o fato de países tão diferentemente localizados como os Estados Unidos e Canadá, Austrália e Nova Zelândia estarem incluídos na ideia de Ocidente, ao passo que países como o Brasil, fisicamente mais próximo, não. “Se o genocídio permite a inclusão no Ocidente, a mestiçagem sela a exclusão” (LOSURDO, 2010, p. 257).

Chegando, pois a classificações de superioridade como a da “supremacia branca” e a unidade em torno da língua inglesa, faz-se uma ponte entre o Ocidente europeu e o Ocidente estadunidense. Podemos então, baseando-se nestes requisitos, voltarmos ao questionamento anterior com relação a uma necessidade de definição concreta da sociedade ocidental. Eis a resposta de Losurdo com relação a este questionamento:

As fronteiras do Ocidente são vagas como nunca: permanece clara e imutável apenas a função de interdição ideológica de uma categoria chamada a condenar e a excluir da comunhão com a civilização aqueles que de vez em quando são considerados estranhos ou hostis ao Ocidente (LOSURDO, 2010, p. 258).

A consciência ocidental andaria então de mãos dadas com essa hostilidade e desconfianças às outras nações. Este aspecto é agravado ainda mais pelo fato de esta consciência ter se formado ao longo do avanço militar e político Ocidental. Então, tal consciência estaria não somente ligada a esta rivalidade por si mesma, mas também à sua somática: a característica expansionista e colonialista das nações ocidentais, somada à anuviada consciência crítica dos vencedores. Logo mais à frente, em seu livro, Losurdo evoca uma esclarecedora definição da sociedade ocidental que solicita transcrição:

O Ocidente é a cultura que ao mesmo tempo teoriza e pratica com maior rigor e eficácia a limitação do poder (com a concretização de instituições políticas que constituem ineludível ponto de referência), e que com mais sucesso e em escala mais ampla se empenhou no desenvolvimento da escravidão-mercadoria com base racial e na expropriação, dizimação e aniquilamento das populações coloniais consideradas inúteis até como instrumentos de trabalho (com a imposição, portanto, de um poder absoluto do homem sobre o homem) (LOSURDO, 2010, p. 266).

Definido o conceito de sociedade ocidental, passemos agora para análise de sua relação com o resto do globo, que subjuga e exclui, definindo a si mesma como superior, tanto cultural quanto moralmente. Esse comportamento pode ser observado – dentro do tema do capítulo – na relação de política externa dos Estados Unidos, e mais especificamente ainda, à respeito do Oriente Médio. Esta nação, como denomina Losurdo, de “aspirante a império mundial”, possui um poder que o permite

erguer-se como juiz universal, um juiz que, além do mais, dita as regras do discurso e sanciona de modo inapelável as normas, as acusações e os pecados, contra os quais

é preciso estarmos prevenidos se quisermos evitar sermos colocados na situação de acusados e culpados (LOSURDO, 2010, p. 283).

Este costume de realizar interferências nas políticas externas de todo o globo e julgamentos – seus “decretos de excomunhão” –, são um reflexo claro desta característica que o Ocidente possui de erguer sua “moral superior” acima de qualquer outra. Disso resultam as diversas caracterizações e julgamentos com relação aos movimentos contra o império Ocidental, entre eles, os termos “terrorismo” e “fundamentalismo”, que serão discutidos como exemplos neste capítulo, afim de expor como o Ocidente não se diferencia tanto de seus “vilões” definidos.

O terrorismo, atualmente o pior inimigo da civilização por parte da barbárie, embora não tenha sido bem definido explicitamente ao mundo, é termo utilizado naturalmente e comumente pelos líderes estadunidenses, sem maiores comprometimentos com sua profundidade. Mesmo assim, é comumente atribuído ao islamismo, que acabou por se tornar a seita incentivadora desta prática e conseqüentemente, ao seus supostos representantes, o povo palestino. O terrorismo, no senso comum, acabou por ser banalizado como algo natural no Oriente Médio. Já temos construída, portanto, a imagem do “outro” oriental. Isso, não por ser falso o fato da prática terrorista realmente ser utilizada por grupos extremistas, mas por esta atribuição ser feita de modo unilateral, ou seja, apenas ao inimigo do Ocidente. Segundo Losurdo “aqui são justamente aqueles que gostam de se arvorar em campeões da luta contra o terrorismo que aparecem como terroristas” (LOSURDO, 2010, p. 19). Na visão das potências globais há uma forma de terrorismo que foi padronizada como “o terrorismo”. As formas de manifestações a favor da libertação nacional e contra o imperialismo, o terrorismo dos mais fracos – em detrimento do vasto armamento bélico das potências –, a ideia difundida do “culto da morte” em atentados suicidas – embora possa ser visto de outro modo como desespero –, são algumas das caracterizações deste terrorismo delinquente, já tido como o único existente. Mas quais as ações tornam também o Ocidente, uma instituição terrorista?

Segundo Losurdo, “a denúncia insistente, obsessiva, do terrorismo visa apenas criminalizar toda forma de resistência à ocupação militar, não limitar o conflito ou impedir sua barbarização” (LOSURDO, 2010, p. 48). Em sua posição de juiz da civilização, nenhuma nação deve oferecer resistência ao desejo de alcance universal dos Estados Unidos, sob pena de duras represálias, sejam estas bélicas – em um ataque militar direto – ou econômicas – na forma de embargo. Porém, se ainda sim algum movimento ousa impor resistência à grande potência, esta a vilaniza de todas as formas. E, é claro, não seria interessante cessar algo que se utiliza com tanta frequência, para fins persuasivos. Então a chamada “ocupação militar” tem sido o principal motivo para a utilização do terrorismo por parte dos Estados Unidos.

Entretanto, este terrorismo tem grandes diferenças do primeiro e que o torna muito mais eficaz, no que tange ao sentido da palavra.

O primeiro diferencial deste terrorismo seria seu caráter complementar da justiça e legalidade. Enquanto o primeiro é altamente negligenciado, o segundo é visto pelas potências que a aplicam como necessárias à sua política externa. Losurdo aponta como exemplo um caso em que Washington, em parceria com um serviço secreto israelense, visaria eliminar cientistas e líderes políticos iranianos que estivessem envolvidos na tentativa do Irã de competir com relação a armamentos nucleares com Israel – ainda que esta participação estivesse no âmbito da suspeita

Só se pode falar de justiça quando quem julga é um órgão *super partes* [imparcial], que julga a partir não de impressões ou certezas subjetivas mas de provas obtidas e confirmadas durante um debate com a defesa, ameaçando com as penas previstas pela lei. Nada disso se verifica quando os aviões e os helicópteros israelenses lançam seus mísseis contra as vítimas designadas (LOSURDO, 2010, p. 19).

O que se pode notar é que estes países tomam este tipo de atitude como uma extensão da justiça, porém uma forma exclusiva de realização da justiça. Porém, se utilizando estranhamente dos mesmos meios que desejam punir.

Outro ponto seria o poder disponível a estas potências para realizarem estas ações. Não seria este o principal, mas no que resulta: isto possibilita a realização de um terrorismo de massa que, ao contrário de um terrorismo causado por atentados individuais e que – geralmente – ocasiona desastres de menor amplitude, é posto em prática por organizações militares, com aparato bélico extensamente maior, chefiada por governos, e não grupos isolados. Durante a história, podemos citar como exemplo marcante a aniquilamento nuclear ao final da Segunda Guerra, Sobre Hiroshima e Nagasaki, a mando da potência estadunidense. Além de querer reforçar sua superioridade para o governo japonês que já estava para capitular, o ataque serviu de advertência para a União Soviética, sua mais nova inimiga. “Sobre o conjunto das relações internacionais paira agora o espectro de um terrorismo permanente, planetário e totalizante” e agora “justo o país responsável por isso e que se recusa a qualquer reflexão autocrítica sobre esse acontecimento – os Estados Unidos – pretende decidir de modo soberano e inapelável quem é terrorista e quem não se não é” (LOSURDO, 2010, p. 22).

Ainda que o terrorismo de massa seja também realizado também por grupos isolados, quando aplicado pelas potências mundiais, acaba por causar efeitos muito mais devastadores, devido ao maior poder bélico e, além disso, por visarem o cumprimento suas ordens políticas

ao redor do globo, mediante a utilização da população de forma geral com reféns. Os ataques contra a população “são ao uma mensagem ao governo inimigo: eis o preço a pagar se não houver capitulação ou, ao menos, uma mudança radical de política” (LOSURDO, 2010, p. 24). Outra forma também de utilizar a população como ameaça seria o corte de elementos necessários ao suprimento da população, na forma de embargo econômico. Neste, a forma de terrorismo é lenta, obrigando os civis à viver em condições precárias e, embora não fira e mate instantaneamente com bombardeios, também faz muitas vítimas – provavelmente mais – porém, de forma bem mais penosa. No geral, em ambas as formas deste terrorismo de massa tem-se a população como principal recurso de persuasão. Entretanto, este caráter do terrorismo não aparenta ser muito percebido atualmente, preferindo ser exibido no tipo de atentados isolados, pelas potências.

Podemos notar, portanto, um contraste entre duas formas de terrorismo. Em oposição ao terrorismo com grandes recursos, instituído pela ideologia dominante, estaria o terrorismo realizado por organizações isoladas, com escassez de recursos – se comparadas às potências –, apesar de este ser rotulado como o pior e mais ameaçador atualmente. Porém, a interpretação mais atenciosa deste fato remete a países que são frequentes alvos de invasões militares, embargos e ataques ou colônias. Não seria então puramente uma forma de retorno à barbárie, desprezo à vida e violência gratuitas. O terrorismo dos mais fracos seria, na verdade, um produto do desespero e menosprezo infligido à população. A história do governo dos Estados Unidos desde sempre mostrou como esta nação age com relação a problemas ocasionados por contato com culturas diferentes, por exemplo, com o extermínio dos ameríndios no período da colonização ou da escravidão, na qual os negros eram tratados de forma inferior e suas revoltas duramente punidas – com linchamentos, assassinatos, e outros recursos que foram comuns também à nossa História. Diante desta realidade, compreende-se – ao menos, já que não se pode justificar – essas ações terroristas no Oriente Médio. Conforme Losurdo

em uma situação com a da Palestina, quem estimula o surgimento de ‘heróis’ prontos a sacrificar a vida são exatamente os sacerdotes que proclamam a cruzada contra o suposto ‘culto da morte’ e em nome dela legitimam uma política de expansão e domínio (LOSURDO, 2010, p. 45).

Além disso, estas práticas não seriam exclusivas somente do Oriente, como defende a ideologia das potências. Pelo contrário, países que também são considerados parte do Ocidente, como Israel, se utilizaram de terrorismo e protestos suicidas em períodos de sua História nos quais se encontravam sob ameaça. Mesmo assim, sua tradição é tomada agora

como parte integrante do mundo ocidental. Além disso, fontes revelam dados que poderiam desmistificar a imagem do palestino como terrorista em potencial:

também no Oriente Médio os estereótipos se revelam frágeis. De um estudo sobre os atentados suicidas no Líbano resulta que só uma mínima parte deles foi efetuada por fundamentalistas islâmicos; estão bem representados cristãos, comunistas e nacionalistas de orientação leiga (LOSURDO, 2010, p. 45).

Dessa forma, podemos chegar à conclusão de que a imagem “antiterrorista” do Ocidente, não seria assim tão sólida. Serviria apenas para legitimar represálias à resistências a dominação dos países hegemônicos, de forma a criminalizar completamente qualquer tipo de manifestação desta espécie. E estas potências teriam, como ferramenta adicional, a capacidade de definir o que seria o terrorismo e quem estaria incluído na definição

Como se vê, não é um comportamento concreto (o envolvimento ou o respeito da população civil) que define a linha de fronteira entre terrorismo e antiterrorismo. Ela coincide, o contrário, com o limite entre barbárie e civilização, entre Oriente e Ocidente (LOSURDO, 2010, p. 51).

Falando agora no que para a opinião dos países dominantes seria a ideologia dos países terroristas, o conceito de “fundamentalismo” seria também um dos vários termos sancionados no julgamento realizado pelo Ocidente, a respeito do islamismo e sua hostilidade ao judaísmo e ao mundo ocidental. Porém, como foi desenvolvido a respeito do conceito de terrorismo, não é válido utilizar este termo de modo unilateral como é feito pelos Estados Unidos. Primeiramente, explicitemos o significado do conceito de totalitarismo da forma como é apresentado de forma atual. Para Losurdo

Pode-se falar de ‘estímulo ao fundamentalismo’ toda vez que houver referência a valores, de um modo ou de outro, tão ‘sagrados’ que, se preciso, legitimem o abandono das normas jurídicas positivamente sancionadas. Sem dúvida, trata-se de ver sempre de novo a força desse ‘estímulo’, a rigidez do limite entre ‘sagrado’ e ‘profano’ e, sobretudo, a real abrangência da área sagrada em cujo âmbito vigoram valores e normas indiscutíveis e irrenunciáveis (LOSURDO, 2010, p. 59).

Portanto, a formulação de normas políticas com base em cânones religiosos seria uma manifestação do fundamentalismo. Porém, baseando-se nesta definição, as nações pertencentes ao Ocidente também encontrariam-se incluídas nesta atitude.

Bastante difundida pelos Estados Unidos, a ideia de fundamentalismo como pertencente exclusivamente à cultura islâmica não abrangeria toda a realidade deste termo. Atualmente, o conceito é utilizado em sentido único, para os inimigos do Ocidente, porém, historicamente, são encontrados seus traços tanto no cristianismo quanto no judaísmo além de atualmente os Estados Unidos pautarem seus discursos sempre em uma certeza da nação escolhida, e de que a vontade de Deus é a vontade da América. Tanto Israel quanto a grande

nação norte-americana estariam sempre cercados por uma aura de santidade. Portanto afirmar que o islã é sinônimo do fundamentalismo e, mais ainda, negar sua presença no cristianismo e no judaísmo seria “abandonar-se à ideologia da guerra” (LOSURDO, 2010, p. 64). Logo, não é aceitável o uso do conceito no plural como algo exclusivo, e a aceitação deste termo de forma unilateral, ou seja, aplicando-a somente às nações do Oriente Médio de cultura islâmica seria mais uma das formas de deslegitimar as formas de resistência do inimigo.

Essa ideologia dogmática estaria pautada, portanto, na relação amigo-inimigo de forma unilateral, estabelecida pelas potências ocidentais. Não se trataria somente de uma manifestação de determinada cultura, mas no desencontro cultural ocasionado pelas diferenças, causando “rejeição de uma cultura por outra em confrontos e tendência a naturalizar ambas” (LOSURDO, 2010, p. 66). Por isso, qualquer nação estaria suscetível ao fundamentalismo, porém, atualmente, tende-se a atribuir este conceito à Palestina e ao islamismo. Além disso, o conceito de fundamentalismo pode ser associado não só a aspectos religiosos, mas também à ideologias que tomaram importância tão grande que transcende o plano de um simples ponto de vista. Losurdo com relação ao fundamentalismo norte-americano diz que

O inimigo, o veículo da difusão da desordem política, social e ideológica, e identificado nos imigrantes e em todos aqueles que, embora cidadãos estadunidenses, sob a influência ruinosa de elementos e doutrinas estrangeiras, voltam as costas para o ‘antiamericanismo puro’ (LOSURDO, 2010, p. 83).

Portanto, o “americanismo” é tido como uma doutrina, a qual nenhum cidadão deve deixar de seguir. A religião oficializada acaba por se fundir à ideologia de supremacia da nação em uma história “que é sagrada no plano político e religioso; de fato, o conteúdo de verdade da Bíblia e da Constituição estadunidense é idêntico” (LOSURDO, 2010, p. 85), servindo para legitimar quaisquer das suas ações.

A utilização do cristianismo e do judaísmo como reforços para a “ideologia de guerra” dos Estados Unidos é frequente, porém, seria natural que se opusesse resistência. Porém, mais uma vez, o governo norte-americano acaba por pressionar e mais uma vez “persuadir”.

Se, para ser aceito, o catolicismo teve de fazer calar seu universalismo, o judaísmo teve de deslocar a ênfase do profetismo, que alimentava as esperanças das classes e dos povos oprimidos a se recuperarem, para o tema do povo eleito reinterpretado de modo a abraçar, além de Israel propriamente dito, também o novo Israel representado pela República estadunidense. Dessa forma, além da óbvia dimensão geopolítica, a aliança de Israel com os Estados Unidos assume um significado também teológico (LOSURDO, 2010, p. 93).

Até mesmo, portanto, a religião, é condicionada aos desígnios das potências hegemônicas. E é este o principal objetivo com a formulação de conceitos que etiquetam as outras nações do

mundo: tornar possível a dominação e seguimento sem resistência das decisões políticas tomadas. A ideologia da guerra seria “a linguagem do império que, embora entre pausas e derrotas, mas com renovada teimosia e apoiando-se em um aparato militar cada dia mais poderoso e monstruoso, procura estender seu poder para cada canto do mundo” (LOSURDO, 2010, p. 280). O fundamentalismo e o terrorismo na atualidade, associado ao Oriente Médio, embora seja criticado do Ocidente, também é encontrado nele. Ainda assim, define “as categorias centrais da atual ideologia de guerra” que são “ao mesmo tempo as proclamações de excomunhão do império que aspira a ser mundial” (LOSURDO, 2010, p. 284), colocando-se no poder de julgar a todos os países, com absoluta autoridade moral e religiosa. O que seriam estes conceitos para os Estados Unidos podem ser consideradas como reações “em que encontram expressão, ao mesmo tempo, o desconforto social e o protesto contra um ‘universalismo’ agressivo e imperial, que pretende igualar a anular as diferenças culturais a nacionais” (LOSURDO, 2010, p. 88). Infelizmente atualmente, a visão da ideologia dominante a respeito da relação Oriente-Occidente vence em influência de opiniões de uma forma geral.

3 CONCLUSÃO

A oposição Oriente-Occidente seria uma dicotomia que teve sua origem remontando à períodos históricos bastante antigos e que vem se modificando e assumindo diferentes configurações desde então. Esta diversidade procurou ser demonstrada ao longo deste trabalho, com o desenvolvimento específico de cada uma das formas escolhidas – helenos e bárbaros, despotismo e civilização, sociedade aberta e totalitarismo e islamismo e império norte-americano – segundo o critério de demonstrarem de forma mais representativa, as características mais importantes deste conflito, em cada período da História e, também, de uma forma geral já que as diversas imputações nas diferentes formas da dicotomia Oriente-Occidente são absorvidas, possuindo uma continuidade de atribuições. Seria uma oposição binária antitética e, embora os conceitos de Oriente e Occidente não tenham uma definição concreta nem constante, a oposição prossegue em suas atribuições com características que podem ser identificadas e discutidas.

Retomando, uma das características da oposição Oriente-Occidente seria o seu caráter unilateral. Ambos os conceitos, só são legitimados pelo Occidente, que seria o bloco dominante, desde sempre em posição privilegiada de poder. A antítese conceitual seria dessa forma, também assimétrica nas atribuições de uma para outro. Este fator implica em uma das principais características da oposição: o fato de a imagem do Occidente ser sempre o extremo oposto do que seria o Oriente. Porém, a formulação da própria imagem, para o Occidente, não deve ser negativizada, o que, conseqüentemente é feito com o “outro não-Occidental”, que sempre tem ligado a si, diversas atribuições depreciativas. Desta forma, constrói-se a imagem do Oriente – inferior, atrasado, indolente, libidinoso, irracional, violento, perigoso, distante – e do Occidente civilizado, transcendental e, principalmente, superior. Para isso, as constantes justificativas para uma suposta “atitude oriental” seriam encontradas tanto na naturalização com teorias evolutivas voltadas para o aspecto biológico, na natureza de determinadas formas de governo e modelo econômico, nos costumes, na religiosidade, enfim, todos estes pontos – que surgiriam em cada diferente configuração da dicotomia e seriam sempre reutilizados – teriam sempre um caminho contrário em direção ao Occidente, que sempre possuiria a solução para estas decisões errôneas.

O Occidente, dentro das atribuições ao longo da História foi, portanto, tido como a base da civilização. Palco do constante progresso, em todo tempo encontrava-se exibindo seu Iluminismo e revolução científica, para todo o mundo. Este seria então o detentor do conhecimento e quem o desejasse deveria segui-lo em seu desenvolvimento na tentativa de

reproduzir seus passos. A fim de autenticá-lo como único, procura de várias formas fornecer um caráter organicista e evolucionista, como um produto inegavelmente racional. A razão acaba por ser sempre a justificativa para todas as decisões tomadas no Ocidente, e é a base para a formulação de uma “teoria da modernização”, implícita à história do Ocidente. Para Octavio Ianni esta teoria

Tem por suposto fundamental que tudo que é social se moderniza ou tende a modernizar-se, nos moldes do ocidentalismo, a despeito dos impasses, ambiguidades, dualidades ou retrocessos. Modernizar pode ser secularizar, individualizar, urbanizar, industrializar, mercantilizar, racionalizar. Implica o suposto de que o que já ocorreu e continua a ocorrer na Inglaterra, França, Alemanha, Estados Unidos, Canadá, Japão e em outras nações, naturalmente em diferentes gradações, certamente estará ocorrendo em todas as demais nações da Europa, Ásia, Oceania, África, América Latina e Caribe (IANNI, 2006, p. 99).

Segundo esta teoria, portanto, este “avanço” seria inevitável, inerente ao processo de expansão capitalista, que acaba por criar a ilusão de integração mundial, por meio de seus processos que parecem dissolver todas as separações e fronteiras. “Por sobre tudo o que é local e nacional, desenvolvem-se relações, processos, e estruturas dinamizadas pela modernização, em geral traduzida em técnicas sociais de produção e controle” (IANNI, 2006, p. 102). A despeito das desigualdades de desenvolvimento, das contradições culturais, e todos os efeitos negativos que causam, o Ocidente avança como exemplo de civilização.

O Ocidente constrói, portanto, gradativamente, sua imagem elevada por uma superioridade e transcendência exclusivas. Pautado em um evolucionismo social, considerando-se o patamar máximo da História. Neste aspecto, encontra-se o erro: constrói *sua própria* imagem. Geralmente, a prática de definir o outro não é contemplada de forma total – poucas coisas ou nenhuma conseguem ou podem ser completamente compreendidas – tampouco reduzir a si mesmo a uma classificação, já que as influências do ego sempre interferem. E aparentemente, foi o que ocorreu. Com a sua superioridade em diversos aspectos, considerou-se capaz de definir, explicar e modificar não só a si, mas também ao Oriente.

A construção de conceitos seria, dessa forma, falha. Na tentativa de depreciação do outro e elevação de si mesmo, o Ocidente recorre a recursos com fundamentos sem comprovação real. Ainda assim, estes são amplamente difundidos, em várias épocas, e acaba, incrivelmente, servindo ao seu principal objetivo legitimar a dominação – política, econômica, ideológica e outros vários aspectos – do Ocidente sobre o Oriente, caindo em um relativismo que pode fazer-nos até duvidar da validade destes conceitos e desta oposição. Pois é exatamente este o questionamento que devemos nos fazer com relação à formulação tanto

desta dicotomia quanto dos conceitos que ela sustenta. Concluindo, os conceitos de Oriente e Ocidente seriam uma invenção, que deveriam ser eliminadas e que possuiriam, como única utilidade prática, a legitimação da relação de superioridade sobre o outro.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. A política. In: **Os pensadores**. São Paulo: Abril, 2000.
- BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. Brasília: Universidade de Brasília, 1980.
- BORTOLUCI, José Henrique. Formas e categorias do pensar eurocêntrico. **CSONline**. v. 5, ano 2, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/csonline/article/viewfile/400/373>>. Acesso em: 12 jun. 2011.
- EAGLETON, Terry. **A idéia de cultura**. São Paulo: UNESP, 2005.
- FOLHA. **Obama renova medidas antiterroristas adotadas após o 11 de Setembro**. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u700331.shtml>>.
- FREUND, Julien. **Max Weber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- G1. **EUA anunciam a morte do terrorista Osama Bin Laden no Paquistão**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/05/obama-confirma-morte-de-osama-bin-laden.html>> Acesso em: 12 jun. 2011
- _____. Leia a íntegra do pronunciamento de Obama sobre a morte de Bin Laden. In: _____. **EUA anunciam a morte do terrorista Osama Bin Laden no Paquistão**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/05/o-pronunciamento-de-obama-sobre-a-morte-de-bin-laden.html>> Acesso em: 12 jun. 2011.
- IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto PUC, 2006.
- LOSURDO, Domenico. **A linguagem do império: léxico da ideologia estadunidense**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. Para uma crítica da categoria de totalitarismo. Tradução de Maryse Farhi. **Crítica marxista**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 17, p. 51-79, jul. 2006. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/critica17-A-losurdo.pdf>> Acesso em: 20 dez. 2011. Acesso em: 12 jun. 2011.
- LUIZ, José Victor Regadas. **A democracia e seus inimigos: Um estudo sobre as categorias de bonapartismo e totalitarismo**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)- Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- MONTESQUIEU. Do espírito das leis. In: **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1979
- POPPER, Karl. **A sociedade Aberta e seus inimigos**. Belo Horizonte: Itatiaia Limitada, 1987.
- SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. O Orientalismo revisto. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- TOYNBEE, Arnold J. **O mundo e o Ocidente**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.